

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

LEIDRYANA DA CONCEIÇÃO FERREIRA

**DIRETRIZES CURRICULARES: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INFANTIL
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY – ESPÍRITO SANTO**

**SÃO MATEUS
2019**

LEIDRYANA DA CONCEIÇÃO FERREIRA

DIRETRIZES CURRICULARES: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INFANTIL
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY – ESPÍRITO SANTO

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do
Cricaré para obtenção do título de Mestre
Profissional em Gestão Social, Educação e
Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social,
Educação e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Professora Dra. Yolanda
Aparecida de Castro Almeida Vieira

SÃO MATEUS
2019

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

F383d

Ferreira, Leidryana da Conceição.

Diretrizes curriculares: uma análise da educação infantil do município de Presidente Kennedy – Espírito Santo / Leidryana da Conceição Ferreira – São Mateus - ES, 2019.

98 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2019.

Orientação: prof^a. Dr^a. Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira.

1. BNCC. 2. Pré-escola. 3. Práticas pedagógicas. 4. Educação infantil. 5. Presidente Kennedy - ES. I. Almeida, Yolanda Aparecida de Castro Vieira. II. Título.

CDD: 353.9

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

LEIDRYANA DA CONCEIÇÃO FERREIRA

DIRETRIZES CURRICULARES: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY (ES)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 28 de fevereiro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Yolanda Aparecida de Castro Almeida
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Vivian Miranda Lago
Faculdade do Sul da Bahia (FASB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me ter concedido a oportunidade de cursar o Mestrado, e, por me dar condições financeiras, físicas, psicológicas e emocionais para concretizar mais essa etapa da minha vida acadêmica e profissional.

Aos meus pais, Arildo e Marlucia, que em todos os momentos se fizeram presentes, dando incentivo para continuar a cada momento que desanimei ou pensei que não conseguiria. Obrigada por cuidarem e se dedicarem, com todo amor e carinho, ao meu bem maior, meu filho, quando precisei me ausentar.

Ao meu esposo, Perciano, pela compreensão e apoio, quando mais uma vez me fiz ausente para buscar condições melhores para mim e a nossa família. Ao meu filho, Alison, que foi e sempre será meu maior estímulo para seguir em frente e me tornar vitoriosa, ensinando a ele que com luta e perseverança se consegue o que almeja.

Aos meus sobrinhos, Christian e Lanna, que em meio a brigas, abraços, beijos e empurrões se fizeram presentes com Alison, dando apoio e fazendo com que ele sentisse menos a minha ausência.

Às minhas irmãs, Leydiane e Leylyane, por embarcarem sempre em cada uma de minhas aventuras.

À Rozineia, por cuidar tão bem da minha casa, mas, principalmente, pelo amor e atenção com que cuidou do meu filho, por inúmeros momentos, quando precisei deixá-lo, exclusivamente, por responsabilidade dela.

Aos queridos colegas Edmilson, Sueli, Katiane, Keliene, Valquíria, Larissa, Nilziane e Vanderléia, por fazerem com que as nossas viagens até a faculdade se tornassem menos exaustivas e mais prazerosas.

Às minhas companheiras de trabalho, em especial, Aline Oliveira, Creuza Brandão, Eliegres e Raiane Moraes, por terem sido tão presentes na trajetória desse curso. Obrigada por terem sido compreensivas durante a realização desta pesquisa, quando

tive que me ausentar do trabalho. E, por cada oração e preocupação que tiveram comigo.

À prefeita, Amanda Quinta Rangel, e à secretária de Educação, Dilzerly Miranda Machado Tinoco, por tornarem possível a realização deste sonho, financiando este Mestrado com a bolsa de estudos ofertada pela Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, por meio do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES).

À minha orientadora, professora e doutora Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira, por sua paciência, competência, serenidade, dedicação, compreensão e prontidão destinadas a mim neste processo tão difícil e doloroso. Você fez com que essas dificuldades tornassem prazerosa a escrita da dissertação. Mas, o meu obrigada, principalmente, por ter sido mais que orientadora, e sim ter sido amiga e companheira, fazendo mais do que foi solicitado pela faculdade em muitos momentos.

À jornalista e revisora, Priscilla Bittencourt, por sua competência, dedicação e auxílio destinados à revisão científica desta dissertação.

À toda equipe da Faculdade Vale do Cricaré (FVC). Minha gratidão especial para a equipe de professores, que mediaram cada aula, de maneira exemplar, promovendo e estimulando em mim novos conhecimentos e eternas experiências.

A cada um dos professores que colaborou com a realização da pesquisa, em especial, à professora e mestre que ministrou o curso de formação continuada, Alda Maria Silva Francisco. Todos vocês foram peças fundamentais para a execução da minha pesquisa.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que se tornasse possível a concretização deste sonho.

“A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar”.

Paulo Freire

RESUMO

FERREIRA, Leidryana da Conceição. **Diretrizes Curriculares: Uma análise da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy – Espírito Santo**. 2019. 98f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus – Espírito Santo, 2019.

Esta dissertação abordou como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Infantil tem influenciado nas práticas pedagógicas dos professores que atuam na pré-escola, com crianças de quatro (4) a cinco (5) anos, do município de Presidente Kennedy, localizado no sul do Estado do Espírito Santo. Para isso, fundamentou a investigação com a BNCC e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI). Teve apoio de algumas dissertações de Mestrado que abordam o tema em questão e buscou dialogar com alguns autores como Freire (1996), Kramer (2002), Alves (2015) e Garcia (2005). Em seguida, foram descritas as representações que os professores pesquisados possuem da Base, considerando a introdução deste novo documento na prática pedagógica. Foi aplicado um questionário para os profissionais que atuam na pré-escola da rede municipal de ensino do município pesquisado. Com base nas respostas coletadas foi realizada uma análise dos dados. Por fim, as considerações finais expuseram que os educadores de Presidente Kennedy esperam que, em pesquisas futuras, os órgãos competentes e pesquisadores da educação reflitam e considerem a realidade vivenciada (por alunos e professores de cada modalidade de ensino e município), antes de construir, modificarem ou implantarem uma nova diretriz curricular. Isso poderá permitir que a teoria e a prática pedagógica se complementem e completem, gerando qualidade e inovação no processo de ensino-aprendizagem. Os resultados demonstraram que os professores que atuavam na pré-escola, no período em que a pesquisa ocorreu, estão engajados para que o município alcance resultados melhores que os atuais no que se refere à implantação da BNCC na prática pedagógica.

Palavras-chave: BNCC. Pré-escola. Práticas pedagógicas. Educação Infantil.

ABSTRACT

FERREIRA, Leidryana da Conceição. **Curricular Guidelines: An analysis of Early Childhood Education in the municipality of Presidente Kennedy - Espírito Santo.** 2019 98 f. Dissertation Faculty Vale do Cricaré. São Mateus. 2019.

This dissertation explored how the National Curricular Common Base (BNCC) in Early Childhood Education has influenced the pedagogical practices of pre-school teachers with children from four (4) to five (5) years of age, in the south of the State of Espírito Santo. In order to do so, the research was based on the BNCC and the National Curriculum Framework for Early Childhood Education (RCNEI). Master's dissertations that deal with the topic were used to support the subject in question and sought to dialogue with some authors such as Freire (1996), Kramer (2002), Alves (2015) and Garcia (2005). Then, the representations that the researched teachers have of the Base were described, considering the introduction of this new document in the pedagogical practice. A questionnaire was applied to professionals working in the pre-school of the municipal teaching network of the municipality surveyed. Based on the responses collected, a data analysis was performed. Finally, the final considerations were that President Kennedy's educators hope that in future research, competent bodies and education researchers will reflect and consider the reality experienced (by students and teachers of each teaching modality and municipality) before constructing, modify or implement a new curricular guideline. This may allow pedagogical theory and practice to complement and complement, generating quality and innovation in the teaching-learning process. The results showed that the teachers who worked in the pre-school during the period in which the research was carried out are engaged so that the municipality achieves better results than the current ones regarding the implementation of BNCC in the pedagogical practice.

Keywords: BNCC. Pre school. Pedagogical practices. Child education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Identificação do público-alvo: Sexo dos professores entrevistados	60
Gráfico 2 – Tempo em que leciona na Educação Infantil do município pesquisado	61
Gráfico 3 – Escolaridade dos educadores pesquisados	62
Gráfico 4 – Instrumentos teóricos utilizados junto ao currículo proposto pela SEME para elaboração do planejamento pedagógico	64
Gráfico 5 – A base para a escolha dos conteúdos	66
Gráfico 6 – O que entende por Base Nacional Comum Curricular	68
Gráfico 7 – A importância existente diante da Educação Infantil estar inserida na Educação Básica	70
Gráfico 8 – Mudanças que a BNCC traz para a prática pedagógica na pré-escola	71
Gráfico 9 – Práticas adotadas para facilitar o processo de inclusão da Educação Infantil a BNCC	73

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CF	Constituição Federal
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
DT	Designação Temporária
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCAPER	Instituto Nacional Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e
Extensão Rural	
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PNE	Plano Nacional de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil
SEME	Secretaria Municipal de Educação
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 OBJETIVOS DO REFERENCIAL CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL ...	23
2.2 OBJETIVOS PREVISTOS PELA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	32
2.3 DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO ASSEGURADOS PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM A BNCC	40
2.4 DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO ENTRE AUTORES.....	44
2.4.1 Análise das dissertações semelhantes encontradas no banco da Capes	47
3 METODOLOGIA	51
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	51
3.2 LÓCUS DA PESQUISA.....	53
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	55
3.4 TÉCNICAS DE ABORDAGEM DA PESQUISA	55
4 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	58
4.1 TEORIA E PRÁTICA ADOTADAS PELOS EDUCADORES QUE ATUAM NA PRÉ- ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	85
APÊNDICE A – Termo de Consentimento	86
APÊNDICE B – Roteiro do questionário para os professores da pré-escola ...	88
APÊNDICE C – Projeto de Formação Continuada	91

1 INTRODUÇÃO

Mais de vinte anos se passaram desde que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram estabelecidos para a educação brasileira. Desde então, novas pesquisas sobre a educação ocorreram e, com elas, novas propostas surgiram para o ensino no país. No contexto da Educação Básica, mudou também a maneira como a Educação Infantil é compreendida. Novos campos de experiência foram estabelecidos, enfatizando os direitos de aprendizagem deste período da infância, tão determinante para o desenvolvimento do ser humano.

Embora o profissional da educação deva possuir uma visão comprometida em qualquer grau de aprendizagem, é possível observar que a Educação Infantil, sem dúvida, é o período em que o propósito educativo deve voltar-se profundamente para as experiências infantis. Dentro deste contexto, surgiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelecendo que a Educação Infantil é delimitada como a primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Nota-se que as crianças da Educação Infantil ainda são muito dependentes e precisam de estímulos para adquirirem o aprendizado ou, caso contrário, isso pode até vir a criar um bloqueio na criança, capaz de se estender para toda a trajetória estudantil (BRASIL, 2017). Foi com base na importância que a Educação Infantil tem como a primeira etapa da Educação Básica que surgiu a problemática desta dissertação: Compreender de que maneira as mudanças instauradas pelo governo federal são internalizadas pelos professores de determinado lugar, quando comparadas à teoria da BNCC e do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI).

Além das alterações que ocorreram nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil recentemente, a trajetória profissional foi um outro aspecto que influenciou na escolha deste tema. Atuante há dez anos na Educação Infantil, a pesquisadora lecionou em turmas de creches e pré-escola, o que permitiu perceber as dificuldades encontradas por professores em associar a prática e a teoria, em especial quando se tratava das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil. Observou-se aí que, em

muitos momentos, elas se divergiam em vez de uma sustentar a outra. Surgiu, então, a inquietação para tentar descobrir qual tem sido o posicionamento dos educadores de Presidente Kennedy, frente às teorias já existentes, especialmente se tratando da lei que norteia essa modalidade de ensino.

Não se pretendeu, com a realização desta pesquisa, chegar a alguma conduta classificatória por parte da pesquisadora para avaliar se a prática adotada em sala de aula possui qualidade ou não. Mas, buscou-se, sim, contribuir para que o processo de ensino-aprendizagem seja prazeroso tanto para o professor quanto para o aluno da pré-escola. O intuito foi o de que as propostas estabelecidas pela BNCC pudessem passar a ser aproveitadas e adequadas a cada realidade, permeando, assim, o processo de ensino-aprendizagem da melhor forma possível.

Notou-se, portanto, que cabe exclusivamente ao professor que conhece os alunos, com as dificuldades, qualidades, necessidades e potencialidades deles, propor estratégias de ensino, embora o documento citado sugira algumas propostas curriculares, facilitando o planejamento pedagógico e a aplicação deste aos alunos.

Percebe-se que a Educação Infantil é bastante instigante. Isso ocorre, especialmente, devido ao envolvimento educacional dos alunos. Grandes são as perspectivas de desenvolvimento da aprendizagem, pois nesta fase educacional as crianças aprendem interagindo e brincando, embora com direcionamento pedagógico aprende-se de maneira espontânea. Diante do encanto do universo infantil, surgiu a inquietação que instigou a realização desta pesquisa no Ensino Infantil: Analisar a relação entre teoria e prática utilizadas pelos professores da pré-escola do município de Presidente Kennedy.

O projeto teve como sujeitos de pesquisa os professores que atuam com alunos da faixa etária entre quatro (4) e cinco (5) anos em Presidente Kennedy. A apuração de dados se deu por meio de uma entrevista, realizada com um questionário estruturado que foi elaborado e aplicado para todos os educadores envolvidos.

Ao considerar pesquisas realizadas por estudiosos do campo da educação, foi percebida a necessidade de dar ênfase à Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica. Com o intuito de elevar o nível de qualidade do ensino no Brasil, a BNCC estabeleceu algumas alterações quanto ao que já era previsto no RCNEI. Partindo dessas alterações surgiu então a problemática desta dissertação. Como as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil tem influenciado na prática pedagógica dos professores que atuam na pré-escola do município de Presidente Kennedy?

Logo, foi feito um paralelo entre as alterações que tem ocorrido na modalidade de Ensino Infantil tanto na teoria quanto na prática. Mais ainda, com base nas respostas coletadas, pela aplicação de um questionário da pesquisa de campo, buscou-se analisar, de acordo com a percepção dos professores, se a teoria e a prática têm auxiliado uma a outra ou mesmo se elas têm sido distintas entre si.

Embora antes mesmo da realização da pesquisa se acreditasse que existem mudanças pedagógicas significativas, tanto na teoria quanto na prática, após a inclusão da BNCC na Educação Infantil pôde-se refletir a respeito. Motivo esse que gerou preocupação por parte dos professores, no que se refere ao direcionamento com o fazer pedagógico. Com essas mudanças, o educador teria que ser também pesquisador e inovador.

Partiu-se do pressuposto de que a Educação Infantil é um marco para a trajetória estudantil, além de ser determinante para o entrosamento da criança com o universo pedagógico. Afinal, sabe-se que é nesta modalidade de ensino que acontece o início da aprendizagem significativa¹, em que a criança aprende a valorizar e utilizar o conhecimento que adquire tanto com a família, comunidade quanto com a escola.

A realização desta pesquisa é relevante aos professores da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy, em especial, por retratar a teoria e a prática pedagógicas utilizadas por esses profissionais com as crianças da pré-escola. Trata-se de uma investigação com reflexão crítica sob o planejamento e a execução das

¹ Aprendizagem significativa: os novos conhecimentos que se adquirem relacionam-se com o conhecimento prévio que aluno possui.

atividades propostas aos alunos. Isso permite a construção e o aprimoramento do conhecimento sistematizado e significativo para os educandos.

Buscou-se fundamentar nas alterações que ocorreram na modalidade de Ensino Infantil referentes ao processo de ensino-aprendizagem, por meio das propostas curriculares prescritas no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil e na Base Nacional Comum Curricular.

Portanto, essa dissertação de Mestrado pretendeu mais que sanar o questionamento que instigou a realização desta pesquisa, realizando um comparativo entre a teoria e prática. Que nos próximos anos a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, aconteça sem rupturas no processo de ensino, contribuindo para uma sequência do aprendizado do aluno.

O objetivo desta pesquisa é compreender as representações que o professor tem frente as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e o processo de sua introdução na prática pedagógica, realizando um paralelo entre a teoria e a prática.

Para auxiliar todo o processo de elaboração e execução da pesquisa, destacam-se alguns objetivos específicos. São eles:

- Analisar a importância da inserção das propostas teóricas previstas nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil sob a prática pedagógica.
- Descrever por meio de relatos dos professores sobre a contribuição que o RCNEI e a BNCC trouxeram ao processo de ensino e aprendizagem.
- Analisar o que está sendo feito pelos professores pesquisados para aderirem as novas propostas pedagógicas da BNCC.
- Sugerir como produto final desta dissertação, um projeto de formação continuada a ser entregue a Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy, abordando a teoria e prática pedagógica a partir das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil.

No primeiro capítulo está apresentada a introdução, contendo um apanhado geral sobre a trajetória da Educação Infantil, além de descrever a justificativa, a problemática e os objetivos que deveriam ser alcançados ao término desta pesquisa.

No segundo capítulo, o referencial teórico explana os objetivos de aprendizagem estabelecidos pelo Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento assegurados aos alunos da Educação Infantil (de acordo com a BNCC), além de um diálogo entre autores como Kramer (2002), Freire (1996), Alves (2015) e Garcia (2005).

Já o terceiro capítulo descreve a metodologia utilizada na realização da pesquisa, um estudo de caso, a partir de abordagem qualitativa, definindo os lócus da pesquisa, os sujeitos, os procedimentos e a coleta de dados e análise da pesquisa sobre como tem ocorrido a teoria e a prática pedagógicas dos professores que atuam na pré-escola do município pesquisado.

O quarto capítulo expõe como ocorreram a análise dos dados e a interpretação dos resultados. As informações foram obtidas por um questionário estruturado (Apêndice B) aplicado para os professores da pré-escola de Presidente Kennedy. Este questionário foi elaborado com dez (10) questões, sendo oito (8) delas optativas e duas (2) descritivas. Vale destacar que as observações realizadas pelo pesquisador, foram determinantes aos resultados desta pesquisa.

Por fim, no quinto capítulo estão traçadas as considerações finais sobre o Ensino Infantil de crianças entre quatro (4) e cinco (5) anos e a melhor maneira de cuidar e educar os pequeninos, bem como descrever os desafios encontrados pelos professores da pré-escola em cumprir as exigências estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo o objetivo é demonstrar parte da história da Educação Infantil, na Europa Ocidental, com a transição do feudalismo para o capitalismo, da produção doméstica para a fabril, que trouxe consigo grandes mudanças, tais como a troca de ferramentas de trabalho por manuseio de máquinas e oportunidade de ingresso das mulheres no mercado de trabalho industrial.

Segundo Paschoal e Machado (2009) com a chegada da Revolução Industrial na Europa se intensificou algumas mudanças em várias instâncias, não sendo diferente para família, com a Revolução Industrial o papel da mulher foi alterado, pois além das funções que já eram a elas destinadas, passaram a trabalhar nas indústrias, em que exigiam delas a maior parte do dia longe dos filhos.

Percebe-se que no Brasil, por séculos a educação foi de responsabilidade exclusivamente da família, priorizando o aprendizado de normas e regras da sua cultura. Apenas a partir de 1789 que a criança teve a oportunidade de frequentar o ambiente de socialização e aprendizagem por intermédio das escolas. Porém, esse acesso ao ambiente educacional era bastante restrito. Somente quem possuía poder aquisitivo alto na época conseguia ter os filhos estudando em escolas.

Somente no final do século XIX foram criadas iniciativas isoladas com intuito de combater o alto índice de mortalidade infantil das famílias pobres. Alguns setores da sociedade como o jurídico-policial, o médico-higienista e a religiosa acompanharam as tendências europeias no assistencialismo, que resultou significativamente na implantação de creches e jardins de infância no final do século XIX e início do século XX (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Para Paschoal e Machado (2009), a partir deste marco que aconteceu um processo de regulamentação dessa modalidade educacional no âmbito da legislação, em que Organizações Não Governamentais (ONGs), pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica e outros uniram forças com intuito de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade. Nota-se que historicamente

levou quase um século para que as crianças tivessem seus direitos educacionais garantidos por lei, mediante a Constituição Federal (CF) de 1988, quando as crianças de zero (0) a seis (6) anos foram considerados sujeitos de direitos.

Dois anos após aprovação da Constituição de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90, que ao regulamentar o art.227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1990).

Além da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional de 1996 adverte que ao delimitar os níveis escolares, inseriu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, com objetivo de proporcionar subsídios para o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências.

O Ministério da Educação (MEC), em 1998, intermediou por meio de publicação de documentos, a formulação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, visando implementar as práticas educativas no interior dos Centros de Educação Infantil, servindo de guia educacional, propondo conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino.

O Ensino Infantil se tornou um campo de grandes pesquisas e revisões no mundo, partindo do pressuposto que se refere a uma das primícias para uma educação de qualidade. No caso do Brasil, em 2010 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil passaram por alterações que orientam o trabalho com as crianças entre zero (0) e três (3) anos em creches. Elas preveem propostas curriculares para trabalhar com crianças de quatro (4) a cinco (5) anos, de modo que possa se dado continuidade no ensino fundamental, com o cuidado de não antecipar conteúdos que deverão ser abordados posteriores. Além de propor o trabalho diversificado de acordo com a realidade local com enfoque a diversidade, o material revisado aborda a

obrigatoriedade da matrícula de crianças que venham a completar quatro (4) ou cinco (5) anos até 31 de março do corrente ano (BRASIL, 2010).

Em abril de 2017, considerando as versões anteriores das BNCC, o MEC concluiu a sistematização e encaminhou a terceira e última versão ao Conselho Nacional de Educação. As sugestões de alterações ocorreram por meio de audiências públicas que aconteceram nas cinco regiões do país. Esse documento aconteceu por meio de implantação de uma política educacional articulada e integrada (BRASIL, 2017).

Deste modo, em meio aos grandes avanços alcançados por meio de pesquisas e estudos, comprovou-se que nas últimas décadas a Educação Infantil vem se consolidando. E, com ela, a teoria de que nesta modalidade de ensino o educar e o cuidar são inseparáveis, especialmente, por envolverem crianças ainda muito pequenas, que requerem cuidados, e ao mesmo tempo existe o processo pedagógico.

Com isso, confirmou-se também a necessidade de integração da vivência familiar com as propostas pedagógicas, visto que as crianças dessa faixa etária necessitam comparar o que é ensinado com algo que lhe representa alguma importância para, assim, criar novas aprendizagens.

Nesse sentido, cuidar e educar tem sido uma tarefa árdua para os profissionais que atuam na Educação Infantil. E, nota-se que embora seja envolvente e cativante trabalhar com as crianças de zero (0) a cinco (5) anos e que já tenham sido grandes os progressos referentes a essa modalidade, ainda há muito a ser feito. Sabe-se que a Educação Infantil durante anos foi vista apenas como um suporte para os pais que necessitavam trabalhar fora. Entretanto, os olhos de pesquisadores se voltaram para essa modalidade de ensino atualmente caracterizando-a como base fundamental para a vida estudantil.

A Educação Infantil passa por alterações e ultrapassa antigos conceitos assistencialistas. Porém, é válido ressaltar que existem várias indagações sobre a situação das instituições de ensino. Entre elas, se de fato essas instituições têm seguido na íntegra o que está sendo proposto em lei, no que tange principalmente o

fazer pedagógico, bem como se ao seguir os critérios legais as mesmas terão bons resultados.

No Brasil, foi intensificado nas últimas décadas o debate sobre a Educação Infantil, com intuito de que as instituições de ensino incorporem, de maneira integrada, a função do educar e cuidar. Atendendo as necessidades desta modalidade de ensino, foi elaborado o RCNEI pelo MEC. Este documento é resultado de discussões que ocorreram em território nacional, com a participação de professores e profissionais que atuam diretamente com essa clientela. De acordo com o RCNEI, este deve servir de manual, propondo objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atendem crianças de zero a seis anos (BRASIL, 1998).

Mediante a Constituição Federal de 1988 e a conjuntura desses fatores a criança de zero a seis anos passou a ser reconhecida como atuante na educação Brasileira. A partir de então, a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança. Mas, ainda assim, não sendo o suficiente, foi estabelecida a Emenda Constitucional nº53/2006, artigo 208, inciso IV, que determina o funcionamento de creche e pré-escola com crianças de até cinco anos.

Estudiosos da educação brasileira perceberam por resultados de pesquisas a necessidade de delimitar uma nova estrutura educacional para as modalidades de ensino. Atendendo a essa conveniência, ficou estabelecido para o Ensino Fundamental o ingresso de crianças com seis (6) anos e para Educação Infantil de zero (0) a cinco (5) anos.

Contudo, isso não foi o bastante para obterem os resultados almejados para a Educação Brasileira de qualidade, determinando então a obrigatoriedade da Educação Básica que se estende aos alunos de quatro (4) aos 17 anos.

E, isso ocorre por intermédio da Emenda Constitucional nº 59/2009², artigo 208, inciso I. Assim, foi efetuada a inserção da Educação Infantil ao conjunto da Educação Básica, prevendo que, desta maneira, o ensino transite de uma modalidade de ensino para outra sem ruptura

De acordo com a BNCC, publicada pelo MEC, esta busca implantar uma política educacional planejada e incorporada, construindo um ambiente escolar propício ao desenvolvimento da criança de zero (0) a cinco (5) anos, partindo do princípio de que o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos está vinculado às experiências familiar e social que resultou em um conhecimento significativo. A BNCC (BRASIL, 2017, p. 35) destaca que:

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

Nessa perspectiva, vale destacar que o processo educacional da Educação Infantil, como em qualquer outra modalidade de ensino, depende de muitos envolvidos e do comprometimento dos mesmos, tendo em vista que a instituição de ensino não é o único recurso suficiente para proporcionar o aprendizado com significância para as crianças. A parceria entre família, escola e comunidade escolar é primordial para que os pequeninos consigam produzir o conhecimento significativo e o senso crítico, por meio da relação que se estabelece entre a cultura erudita³ e a cultura popular⁴.

² Emenda Constitucional nº 59, de 2009: Acrescenta §3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao §4º do art. 211 e ao §3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

³ Cultura Erudita: É aquela para pessoas com alto nível de instrução, que possuem muito estudo, uma formação específica sobre um determinado assunto, em especial sobre história da arte, movimentos históricos etc.

⁴ Cultura Popular: É uma manifestação espontânea e simples, com características regionais, muitas vezes transmitidas entre gerações.

2.1 OBJETIVOS DO REFERENCIAL CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com base nos objetivos do RCNEI é que os professores deixam transparecer o propósito educativo e determinam as competências que a criança poderá desenvolver por meio das atividades propostas pelo professor. Além de assessorar no ato da escolha de conteúdos e meios didáticos, para ocorrer um desenvolvimento significativo, o RCNEI (BRASIL, 1998) propõe que devem ser consideradas as ordens física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

Para as crianças de quatro (4) a seis (6) anos os objetivos são um pouco mais aprofundados e amplos do que para as de zero (0) a três (3) anos. Estes objetivos deverão subsidiar o processo de aprendizagem dessas crianças para que, segundo o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 27), se tornem capazes de:

[...] ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas;
[...] identificar e enfrentar situações de conflitos, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade;
[...] valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências; - brincar; - adotar hábitos de autocuidado, valorizando as atitudes relacionadas com a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência; - identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe [sic].

Diante desse cenário, percebe-se que a criança na faixa etária de quatro (4) a seis (6) anos está em uma fase determinante para quando ela for adulta, pois é na infância que ela desenvolve as primícias e determina a personalidade. É de suma importância as crianças desenvolverem capacidades, habilidades e gostos pessoais para que, assim, sejam capazes de resolver os próprios conflitos, respeitando a si mesmos e o outro.

Para que isso ocorra, o RCNEI estabelece que os educadores dessa modalidade trabalhem com atividades que sejam capazes de instigar e favorecer o aprendizado dessa criança. Isso dá a ela condições de brincar e aprender ao mesmo tempo, compreendendo e respeitando regras básicas de convivência. Mas, principalmente,

permite que essa criança conheça a si mesma, considerando seus limites e possibilidades ao mesmo tempo em que mostra a autoconfiança.

Para permear o trabalho pedagógico da Educação Infantil, os professores deverão seguir os objetos de conhecimentos contidos no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, Matemática. Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 27) há mais alguns objetivos pertinentes a serem trabalhados com as crianças de quatro a seis anos dentro de cada um desse objetivo. No eixo norteador Movimento, os objetivos são:

[...] ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação; [...] explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo; [...] controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações; [...] utilizar movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos; [...] apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo [sic].

Observa-se que o desenvolvimento das habilidades corporais e motoras envolvem não apenas força, resistência, velocidade e flexibilidade, equilíbrio e controle sobre o próprio corpo. Mas, dentre outros fatores, a desenvoltura corporal pode descrever a personalidade da criança, demonstrando ser mais tímida, extrovertida ou dinâmica.

Por isso, alguns autores relatam e defendem a importância do trabalho direcionado pelo professor, estimulando a coordenação motora fina e ampla, por meio de atividades que os motivam a trabalhar com o próprio corpo. Segundo Rodrigues (1997), o desenvolvimento motor da criança consiste em seu conhecimento e nas suas capacidades física, social e individual, de acordo com cada idade. Para o autor, nos primeiros anos de vida, a criança explora o mundo com o olhar, as mãos e os gestos, desenvolvendo as suas habilidades motoras.

Logo vê-se que as crianças, nesta etapa, têm muito a aprender sobre o próprio corpo, mas, para que isso ocorra, elas precisam de estímulos. O RCNEI propõe que os

professores trabalhem o ritmo corporal dessas crianças com a recreação e o manuseio de materiais e objetos que permitam as mesmas a conhecerem e controlarem os próprios corpos.

As crianças utilizam dos movimentos corporais antes mesmo de nascer, e, por meio deles são capazes de expressar sentimentos, emoções e pensamentos, assim, estabelecendo uma linguagem corporal. A evolução e a habilidade da motricidade infantil dependem bastante do grau de dificuldade estabelecido pelo professor. Nesse sentido, o RCNEI propõe que as entidades de ensino sejam acolhedoras para que as crianças se sintam seguras e confiantes para superar os desafios propostos.

Os sons, o balbuciar e o cantarolar se fazem presentes no universo infantil desde muito cedo como processo inicial do desenvolvimento da linguagem oral da criança, inclusive, fonoaudiólogos usam esse recurso para trabalhar com crianças que tem dificuldades linguística. Por isso a importância do trabalho com o eixo norteador, música e seus objetivos que segundo o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 55) são:

- explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento do mundo;
- perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de improvisações, composições e interpretações musicais [sic].

A música pode demonstrar o estado emocional das crianças, além de auxiliar no uso da língua materna para que, por meio desta, sejam capazes de interagir com o mundo, criando o senso crítico e reflexivo. O RCNEI estabelece que o professor dê ênfase à musicalidade nesta modalidade de ensino, utilizando a música para o aprendizado referente a ritmos, intensidades e tempo. A criança na Educação Infantil tem a necessidade do contato audiovisual para facilitar o aprendizado significativo. Ela precisa ouvir e ver o processo musical para ter significado para ela. Depois, então, passará a interagir com uma canção ou dramatização da mesma (BRASIL, 1998).

Partindo desse pressuposto, nota-se que por meio da musicalidade é possível motivar a criança a aprender, já que no período da Educação Infantil a criança tem interesse por sons e música. Então, cabe a cada professor apropriar-se disto para conduzir melhor o aprendizado dos alunos. Existem inúmeras obras musicais que possibilitam

trabalhar um determinado tema, o que não impede que o educador improvise também com paródias, por exemplo. Além do fato de ser uma atividade lúdica é notório que o ritmo musical contagia e a criança se deixa ser conduzida facilmente.

Outro eixo norteador que é de suma importância para o professor permear o aprendizado do aluno da Educação Infantil é o quesito Artes Visuais, tendo como objetivo as aprendizagens para as crianças de quatro (4) a seis (6) anos, com um aprendizado cativante e significativo.

Nesse sentido, o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 95) estabelece que os alunos deverão:

- interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura;
- produzir trabalhos de arte, utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da modelagem, da colagem da construção, desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação [sic].

Alguns autores e pesquisadores apontam que é com as crianças da Educação Infantil que se iniciam o respeito e a apreciação por produção artística. Nessa faixa etária, por meio de um pequeno rabisco, por exemplo, a criança pode expressar algo significativo. Em função disso, é importante deixar a criança criar e se expressar, de acordo com a própria habilidade e criatividade. Mesmo isso ocorrendo com sugestões dadas pelo professor, será perceptível que a criança começará a criar formas no lugar dos rabiscos.

Sabe-se que a criança, desde cedo, precisa de contato com obras artísticas que fazem com que elas possam realizar uma leitura de imagem, criar ou reproduzir, à sua própria maneira, a imagem trabalhada. Os pequeninos demonstram prazer em criar suas próprias artes, sejam elas uma modelagem, colagem, desenho ou pintura. Eles, verdadeiramente, no momento em que estão criando se sentem grandes artistas. Alguns autores e pesquisadores, inclusive, acreditam que as crianças além de aprenderem a valorizar e respeitar as produções umas das outras, pois quando criança esse processo de apreciação pela produção do outro acontece quase que naturalmente, sendo facilmente mediado pelo professor.

E, nessa linha de pensamento, Oliveira (2004) defende que o contato regular com as diferentes formas de representação artística constitui-se em um meio eficiente e importante para levar ao aluno, o conhecimento dos códigos e a interiorização de lacunas, resultantes de uma prática insuficiente e de um ambiente social limitado.

O mundo da criação e das cores se faz muito presente na Educação Infantil sendo considerado, por muitos, até mesmo impossível trabalhar com crianças de quatro (4) e seis (6) anos sem o manuseio com as produções artísticas. Esse é um dos momentos em que o professor deve estar atento a produção de seus alunos, às vezes podendo, inclusive, conhecer o educando por meio da criação artística, pois as crianças, mesmo que involuntariamente, expressam o que vivem e o que sentem. Diante disso, Barros (1999) afirma que compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da Educação Infantil e de seus profissionais.

Faz parte da necessidade humana, a comunicação com os outros, por meio da linguagem oral ou escrita. O processo para tal tem início muito cedo, quando ainda bebê, utilizando o balbuciar para comunicar-se. Porém, logo na sequência, acaba surgindo a necessidade de aprimoramento da fala.

De acordo com Oliveira (1995, p. 50) “o sentido das palavras liga seu significado ao contexto da linguagem e aos motivos afetivos e pessoais de seus usuários. Relaciona-se com o fato de que a experiência individual é sempre mais complexa do que a generalização contida nos signos”.

O processo da escrita começa com a utilização do rabisco e, em seguida, a escrita de palavras, frases e, por fim, produções textuais. No entanto, acontecem ambas nas formas de expressão, um processo complexo, necessitando de técnicas. Para isso, cabe à escola inserir a criança, desde pequena, no universo da fala e da escrita de acordo com o que se propõe o uso da linguagem culta⁵.

⁵ Linguagem Culta, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010), é aquela que segue o estipulado pelos dicionários e manuais de gramática. Nela as palavras devem ser articuladas corretamente, evitando-se abreviações e vícios de linguagem. Além disso, as concordâncias verbais e nominais devem ser feitas da maneira certa, não havendo espaço para adaptações e gírias.

Para Bagno (2002), o objetivo da escola, no que diz respeito à língua, é formar cidadãos capazes de se expressar de modo adequado e componente, oralmente e por escrito, para que possam se inserir de pleno direito na sociedade e ajudar na construção e na transformação dessa sociedade – é oferecer a eles uma verdadeira educação linguística.

Tendo em vista a necessidade de trabalhar com as Linguagens oral e escrita da criança desde pequena, o RCNEI estabelece alguns objetivos a serem alcançados pelas as crianças de quatro (4) a seis (6) anos referente a esse objeto de ensino (BRASIL, 1998, p. 131). São eles:

- ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;
- familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário;
- escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor;
- interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional;
- reconhecer seu nome escrito, sabendo identifica-lo nas diversas situações do cotidiano;
- escolher os livros para ler e apreciar; [sic].

Embora este seja um eixo norteador que exige algumas técnicas ao longo de seu trabalho, as linguagens oral e escrita podem e devem ser prazerosas. O aluno, ao ser estimulado a querer aprender a ler, a falar corretamente e a escrever, facilita o processo de ensino-aprendizagem. Para trabalhar com as linguagens oral e escrita o professor deve utilizar vários tipos de textos. Mas, cabe ao educador mediar a interpretação e a apreciação da leitura de cada um deles.

Com isso, mesmo que o grau de dificuldade seja variado, de acordo com o gênero textual, vê-se que é primordial haver o manuseio e a introdução do conhecimento dos alunos da Educação Infantil. E isso deve acontecer com todos os tipos de textos, visto que estes se farão presentes no cotidiano desses alunos, tanto nessa fase enquanto crianças, mas, principalmente, quanto no futuro quando forem adultos.

A criança adquire apreciação pela leitura de acordo com que evolui o seu interesse por ela, por isso que o professor da Educação Infantil pode ser determinante para se formar ou não um leitor no futuro. Se a criança não gostar de ler, ela não verá significado para leitura e assim acontece o mesmo no processo da escrita. Permeiar o processo da leitura e escrita não é tarefa fácil, mas é necessária ao conhecimento de qualquer indivíduo e é na Educação Infantil que ocorre o início desse processo. Nesse sentido, Solé (1998) afirma que o uso significativo da leitura e da escrita na escola, também é muito motivador e contribui para incitar a criança a aprender a ler e escrever.

Durante toda a trajetória da Educação Infantil a criança está desenvolvendo a linguagem oral e escrita, cabendo ao professor trabalhar da melhor forma possível, atendendo a necessidade e a individualidade de seus alunos, mas ao mesmo tempo introduzindo a norma culta⁶ no processo de ensino-aprendizagem. Assim, construindo um aprendizado significativo em que se estabeleça um paralelo entre a língua materna⁷ e a língua culta, a criança estará propícia a adquirir não só o prazer em ler e escrever como também a facilidade do entendimento das normas que estabelece o processo da linguagem oral e escrita e, conseqüentemente, desenvolver o senso crítico reflexivo.

Nessa linha de pensamento, Possenti (2004) afirma que “[...] o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico”. Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 175), com o trabalho do eixo norteador Natureza e Sociedade espera-se que as crianças entre quatro (4) e seis (6) anos sejam capazes de:

[...] interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formando perguntas, imaginando, soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias. [...] estabelecer algumas relações entre o

⁶ De acordo com Aurélio (2010), a Norma Culta se refere ao conjunto de padrões linguísticos usados pela camada mais escolarizada da população. A norma culta define-se, assim, como a variação linguística habitualmente utilizada por pessoas com elevado nível de escolaridade e cultura.

⁷ Segundo Aurélio (2010), a língua materna é a primeira língua que criança aprende e que, geralmente, corresponde ao grupo étnico-linguístico com que o indivíduo se identifica culturalmente.

modo de vida característico de seu grupo social e de outros grupos. [...] estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana [sic].

Portanto, trabalhar a natureza e a sociedade na Educação Infantil é na verdade a esperança de uma humanidade mais justa e consciente de seus direitos e deveres. Na pré-escola os conceitos das crianças estão em desenvolvimento. É nessa fase que a criança inicia seu conceito de cidadania, do que é certo ou errado, do que é permitido e proibido. Embora muitos pensem que esse direcionamento deve ser feito pela família, o RCNEI estabelece que o professor tem o compromisso de formar cidadãos capazes de conviver em meio a natureza e a sociedade (BRASIL, 1998).

Logo, para o professor da pré-escola fica o dever de apresentar variadas condutas adotadas por diferentes grupos sociais aos seus alunos, com o intuito de desenvolver o respeito ao indivíduo independentemente da sua classe social ou etnia⁸. Assim, o educador garante que seus alunos adquiram a capacidade de manifestar opinião sobre um determinado assunto sem denegrir a integridade física ou moral de alguém. Já no que se refere à natureza o RCNEI estabelece que esses alunos tenham condições de interagir com o meio ambiente, usufruindo dos recursos naturais sem destruí-la, sendo conscientes de que é um recurso findável e necessário para estabelecer um índice de qualidade de vida humana (BRASIL, 1998).

Ainda de acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 215) a Matemática também é um eixo norteador que deve ser trabalhado na Educação Infantil pelos professores com objetivo de que seus alunos consigam.

[...] reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano; [...] comunicar ideias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problemas relativas a quantidades, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática; [...] ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situação [sic].

⁸ Etnia coletividade que se diferencia por suas especificidades (cultura, religião, língua, modos de agir...), e que possui a mesma origem e história; grupo étnico: etnia cigana. [Pejorativo] Termo comumente usado para se referir à semelhança biológica, às pessoas que compartilham a mesma raça.

A criança estabelece um vínculo com a matemática, quando adquire conhecimentos matemáticos referentes a quantidades, números e noções espaciais. Para que esses conhecimentos sejam efetivados satisfatoriamente, existem necessidades a serem aprimoradas e constatadas por meio do material concreto para assim ter sentido o aprendizado.

Para que isso aconteça de fato, o RCNEI propõe que o professor na Educação Infantil trabalhe inicialmente com o assunto que está sendo abordado em sala de aula, por intermédio do concreto, em seguida o abstrato (BRASIL, 1998).

Conforme indica o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 209), “o concreto e o abstrato se caracterizam como duas realidades dissociadas, em que o concreto é identificado com o manipulável e o abstrato com as representações formais, com as definições e sistematizações”. Deste modo, primeiro a criança precisa encontrar sentido para o aprendizado de um determinado assunto. Somente depois, quando tiver ciência da importância do aprendizado que está sendo trabalhado, deverá ser inserido o conteúdo sistematizado em sua aula.

Observa-se que o trabalho com a matemática na Educação Infantil não se restringe às noções numéricas, já que estes visam auxiliar a criança na construção dos próprios pensamentos, conceitos e estratégias, para que sejam capazes de resolver problemas que vão além dos que se encontram no papel. Então, pode-se afirmar que fazer da criança um ser pensante é um dos principais objetivos ao se trabalhar com a matemática na Educação Infantil.

O RCNEI aborda a importância que a criança dessa modalidade de ensino tem em adquirir conhecimentos pedagógicos em diferentes áreas, estabelece não apenas os objetivos já mencionados nessa dissertação, mas, também, propõe inúmeras sugestões de atividades que podem ser utilizadas pelos professores que atuam na Educação Infantil. Ainda que as atividades precisem ser adaptas, de acordo com a realidade de cada turma, o documento aborda conteúdos que são viáveis e fundamentais para a faixa etária dessas crianças.

2.2 OBJETIVOS PREVISTOS PELA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A implementação da BNCC no processo de ensino prevê algumas alterações para a educação brasileira, destacando-se, entre elas, a inclusão dos anos finais da Educação Infantil, a pré-escola, como parte da Educação Básica, fundamentada então, no fim da ruptura que existe quando o aluno passa da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Segundo as DCNs “a necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil” (BRASIL, 2010, p. 08).

Para nortear o fazer pedagógico na Educação Infantil, a BNCC estabelece que os educadores trabalhem de maneira unificada em todo território brasileiro, utilizando os campos de experiências. São cinco campos que deverão ser trabalhados com os alunos entrelaçados com os conteúdos curriculares: “O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, reações e transformações” (BRASIL, 2017). Com base nos campos das experiências, a BNCC propõe que os alunos entre quatro (4) e cinco (5) anos e 11 meses consigam atingir os objetivos de aprendizagem.

Segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p. 43-44) ao trabalhar o campo de experiência o eu, o outro e o nós, que os alunos da pré-escola sejam capazes de:

[...] Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir. [...] Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações. [...] Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação. [...] Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversificados. [...] Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive. [...] Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida. [...] Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos [sic].

A BNCC sugere para o campo de experiência o eu, o outro e o nós como ênfase nas relações, principalmente no que se refere ao respeito que, desde pequena, a criança deve ter consigo e com as demais pessoas. Isto é, aprender a expressar o que pensa ou sente e, da mesma maneira, respeitar o que ouve do outro. Trata-se de saber que para o convívio em sociedade cada criança tem que desenvolver a sensibilidade, aprender a ter capacidade de se colocar no lugar do outro antes de falar ou julgar, aprender a refletir e a respeitar, mesmo que seja ela uma opinião ou cultura que se difere da que ela tem.

Os conhecimentos adquiridos por meio das relações interpessoais são significativos, sendo formados com base em diferentes opiniões ou culturas. Embora também seja necessário trabalhar e respeitar a individualidade de cada aluno, parte-se do pressuposto de que a valorização pelo outro deve acontecer posteriormente a de si mesmo. Portanto, é necessário trabalhar as relações interpessoais com crianças entre quatro (4) e cinco (5) anos e 11 meses, já que elas ainda estão vivendo a fase do egocentrismo. As crianças nessa fase têm dificuldade de se importar com o outro, pois elas ainda se têm como centro das atenções.

Apresentar à criança a possibilidade de interagir com outras, a princípio pode ser um tanto assustador para ela, pois terá que entender que, na verdade, o mundo em que vive não se restringe apenas à sua casa, ao seu quarto, seus desejos e anseios. E, é claro, isso não é fácil.

Logo, cabe também ao professor, então, mediar essa transição da relação intrapessoal para a interpessoal, mostrando para essa criança que, embora a realidade de mundo não seja somente aquela em que a mesma estava inserida, é interessante conhecer algo ou alguém novo para ela, e isso pode ser uma experiência interessante e envolvente. Segundo Vygotsky (2007), todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes. A primeira no nível social, e, depois no nível individual: ou seja, primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, posteriormente, no interior da criança (intrapicológica).

Uma solução é criar propostas pedagógicas com situações que contribuam para que as crianças construam um entrosamento, uma parceria entre elas, mas que também consigam estabelecer regras de convivência, respeitando e valorizando a individualidade do outro, para que assim passe existir o “nós” que está previsto no campo da experiência, que é a coletividade, o grupo social (BRASIL, 2017).

Vale ressaltar que é primordial trabalhar com as crianças no ambiente escolar para que aprendam a adotar melhores condutas diante da sociedade, sendo capazes de respeitar a si mesmos e os demais. Desta maneira a BNCC propõe que se faça com as crianças da pré-escola um preparo, para fortalecer os conhecimentos que elas já trouxeram do ambiente familiar e aprimorá-los. Isso irá permitir que elas se tornem aptas a intervirem na sociedade, com respeito e valorização do cidadão, independente de classe social, religião ou etnia.

Outro campo de experiência é o que compreende corpo, gestos e movimentos. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p. 45-46) os objetivos que se propõem para as crianças da pré-escola são:

[...] criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música. [...] demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de história, atividades artísticas, entre outras possibilidades. [...] criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música. [...] adotar hábitos de autocuidado relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência. [...] coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas [sic].

Sabe-se que a criança, antes mesmo de nascer, consegue comunicar-se por meio de movimentos corporais. O aprimoramento destes acontecem a todo momento e, após o parto, isso passa a ocorrer em vários ambientes. E, com o passar do tempo, a criança cresce, se desenvolve e começa a conviver em outros espaços e lugares, como é o caso do ambiente escolar. Sendo assim, ao executar propostas pedagógicas direcionadas pelo professor, as crianças vão aperfeiçoando habilidades corporais, que vão além de andar, correr, subir, pular, dentre outros.

De maneira dinâmica, por meio da dança, dos jogos ou de brincadeiras a criança da pré-escola desenvolve capacidades de expressar seus sentimentos e sensações. Para facilitar o processo de desenvolvimento corporal dos alunos da pré-escola o professor deve dar ênfase às expressões corporais, as danças, músicas, teatro. As crianças nessa faixa etária têm a necessidade de movimentar, de algo concreto que o traz sentido e prazer para aprender. Para Wajskop (1999), estas situações de brincadeiras e aprendizagens estimulam a vivência, a aquisição de novas competências, saberes e habilidades.

Outro ponto relevante é que é preciso trabalhar com os alunos da pré-escola questão da aparência, do cuidado que cada um precisa ter com o próprio corpo, para adquirir independência durante a realização da alimentação e higiene. Conhecer e cuidar do próprio corpo são quesitos fundamentais para que, além de adquirir responsabilidade, a criança identifique suas necessidades ou potencialidades.

Assim, aprenderá a superá-las e respeitá-las, convivendo com cada uma delas, facilitando o processo de execução das atividades diárias, não apenas na escola como também nos demais ambientes em que está inserida. De acordo com Garaudy (1980), o corpo é o instrumento mais importante que o ser humano disponibiliza para trabalhar, se transformar. Nas palavras do autor, a pessoa quando dança, utiliza o corpo experimentando diversas sensações, descobrindo inúmeras possibilidades de se movimentar, de se conectar consigo mesmo, descobrindo formas de se sentir bem com o próprio corpo.

A BNCC (BRASIL, 2017, p. 46) estabelece como campo de experiências traços, sons, cores e formas e define alguns objetivos de aprendizagem e desenvolvimentos que precisam ser alcançados pelos os alunos da pré-escola. São eles:

- [...] utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.
- [...] expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.
- [...] reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons [sic].

As crianças da Educação Infantil, em especial nos anos finais, têm facilidade de desenvolver a percepção auditiva aguçada e de utilizar objetos e instrumentos musicais ou sonoros, mas precisam se aprimorar por meio de técnicas utilizadas na execução das atividades propostas. Desta forma, poderão desenvolver a capacidade de produzir, controlando gradativamente a intensidade, a duração, a altura e o timbre da própria voz (BRASIL, 2017).

Todavia, é válido ressaltar que quando a criança está iniciando o processo de produção artística por meio de desenhos, embora pareçam rabiscos feitos por seus alunos da pré-escola, o professor irá descobrir o significado de cada um deles, por meio de questionamento. Nesta etapa, tudo o que a criança produz mesmo que aparentemente, podendo ser considerado insignificante, tem fundamento para ela. Estudos realizados na área da educação e a própria prática pedagógica comprovam que na faixa etária de quatro (4) e cinco (5) anos a criança desenvolve habilidades de produções artísticas. Nesse sentido, o RCNEI (1998) aborda que nessa idade as crianças aprendem a organizar linhas, formas, pontos, tanto bidimensionais quanto tridimensionais.

A escuta, a fala, o pensamento e a imaginação também são campo de experiência. A BNCC (BRASIL, 2017, p. 47-48) estabelece os seguintes objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para serem alcançados por alunos com quatro (4) e cinco (5) anos e 11 meses:

[...] expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão. [...] inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos. [...] escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas. [...] recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história. [...] recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba. [...] produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa. [...] levantar hipóteses sobre gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.). [...] levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea [sic].

O professor precisa apresentar diversos tipos de gêneros textuais aos alunos da pré-escola para que, posteriormente, ao fazer uma análise crítica sob cada texto abordado, os alunos consigam produzir, de maneira espontânea, os próprios textos. Segundo os PCNs (1997), cabe à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los.

O constante contato com os escritos contribuirá para que as crianças conheçam e pratiquem a escrita e a oralidade de palavras ou textos de acordo com a norma culta. O relato de história também é fundamental nessa fase de construção de conhecimento pedagógicos, estimulando a prática de expressão verbal diante de público, favorecendo para que se tornem crianças desinibidas, capazes de expressar suas necessidades e sentimentos sem constrangimentos. Conforme disposto nos PCNs de Língua Portuguesa (1997), expressar-se oralmente é algo que requer confiança em si mesmo. Isso se conquista em ambientes favoráveis à manifestação do que se pensa, do que se sente e do que é.

A escrita e a oralidade fazem parte da característica humana, mas mesmo assim precisam ser trabalhadas, pois mesmo ocorrendo constantemente no dia a dia, existem muitos conteúdos e normas que deverão conhecer para que utilizem deles corretamente. Fazer sua própria produção textual é considerada uma excelente maneira para desenvolver habilidades e criticidade. Para Bazerman (2009) é importante para a produção textual a compreensão dos atos e fatos criados pelos textos, podendo ajudá-lo a compreender quando são textos aparentemente bem produzidos, não funcionam, quando não fazem aquilo que precisam fazer.

A criança nesta faixa etária tem facilidade em criar e recriar por meio de brincadeiras, em especial quando envolve a musicalidade, rimas e ritmos. Cabe ao professor usufruir desta característica para desenvolver as habilidades de escrita e oralidade, trabalhando a valorização por suas próprias produções e a dos colegas. Além de permear a produção coletiva, em que cada um deverá considerar a opinião do outro para depois construir uma única produção, aprendendo assim além da construção da escrita textual a respeitar e valorizar a opinião dos outros. Santos (2000) discorre que o desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento

pessoal, social e cultural [...], facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Ainda que as crianças utilizem bastante as linguagens oral e escrita, a forma como se expressam não se restringe somente a elas. O desenho e a pintura, por exemplo, também são bastante utilizados por alunos da pré-escola que, deste modo, desenvolvem habilidades, permitindo que se expressem por meio da oralidade, da escrita, da pintura e do desenho. O processo de produção dessas técnicas exige das crianças criatividade e concentração. Para Vygostky (1998, p. 152), “[...] gradualmente, as crianças transformam esses traços indiferenciados. Simples sinais indicativos e traços e rabiscos simbolizadores são substituídos por pequenas figuras e desenhos, e estes, por sua vez, são substituídos por signos”.

Trabalhar o campo de experiências, escuta, fala, pensamento e imaginação, bem como as demais estabelecidas pela BNCC, é fundamental para a formação do conhecimento. Criando conhecimentos que vão além de falar, escutar e escrever, se estende a criticidade, o respeito e a valorização das opiniões dos outros, desenvolvendo, assim, a prática de ações que favoreçam o convívio social dessas crianças (BRASIL, 2017).

Por fim, outro campo de experiências que o professor de pré-escola deve trabalhar para alcançar um aprendizado significativo nos alunos, está relacionado aos espaços, tempos, quantidades, relações e transformações que, conforme evidencia a BNCC (BRASIL, 2017, pg. 49-50) prevê os seguintes objetivos de aprendizagem e desenvolvimento:

[...] estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades. [...] observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais. [...] identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação. [...] registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes. [...] classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças. [...] relatar fatos importantes sobre seu nascimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade. [...] relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o

depois e o entre em uma sequência. [...] expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos [sic].

Na fase final da Educação Infantil, os alunos da pré-escola já são capazes de desenvolver conhecimentos matemáticos que envolvem quantidades, medidas e espessuras, números, dentre outros. Para trabalhar com esses conteúdos, é fundamental que seja de maneira que o professor proporcione ao aluno o paralelo entre o concreto e o abstrato. De acordo com Piaget (2003), o sujeito tem a capacidade de organizar o mundo de forma lógica ou operatória, não se limitando mais a uma representação imediata, mas ainda dependendo do mundo concreto para desenvolver a abstração.

Assim, os alunos serão capazes de realizar atividades que vão desde as mais simples como a identificação de quantidade até as mais difíceis ou complicadas como a construção de gráficos. Para o trabalho com gráficos que são um pouco mais complexos que a quantidade, por exemplo, o professor pode utilizar o ábaco com o concreto para, em seguida, ir para o abstrato que será o desenho do gráfico.

Esse campo de experiências em destaque, trabalha com os alunos de quatro (4) e cinco (5) anos e 11 meses além dos conceitos numéricos, fazendo com que a criança também consiga produzir contexto histórico. Isto é, a competência de produzir a história da própria família e da comunidade – sendo capaz de descrever a própria história –; conhecer alguns fenômenos naturais e suas interferências da raça humana e animal; identificar quais atitudes o ser humano deve praticar em prol de menos impactos ambientais quando esses fenômenos ocorrem.

Além disso, conhecer e levar para o seu contexto familiar, conceitos e atitudes que precisam ser aderidos por qualquer que seja a pessoa, sendo criança ou adulto, para obter um bom índice de preservação ambiental. Para Oliveira e Guimarães (2004), este novo modelo de organização planetária deve ter como alicerces a responsabilidade, o cuidado e o respeito do homem para consigo mesmo, para com o próximo, para com as outras espécies.

A criança precisa mais do que conhecer e respeitar o espaço em que está inserida. Ela tem a necessidade de se relacionar com este, contribuindo para a conservação, independente se é a escola, a casa ou a própria natureza. Todos os espaços citados, dependem da ação humana para que seja estabelecida a conservação ou a degradação desses espaços. Assim, busca-se com o trabalho deste campo de experiências que esses alunos sejam praticantes de ações que contribuam para o bem-estar das pessoas e o cuidado da natureza. Gandini (1999) diz que o espaço reflete a cultura das pessoas que nele vivem de muitas formas e, em um exame cuidadoso, revela até mesmo as camadas distintas dessa influência cultural.

A BNCC, ao utilizar cada campo de experiência aqui abordado, permeia um processo de ensino-aprendizagem significativo. Como já mencionado, o conhecimento não se restringe apenas à transmissão ou retenção de conteúdo, ele se constrói por meio das relações que cada criança constrói com as pessoas e com a natureza. Isto posto, observa-se que ter alunos que sejam capazes de desenvolver o senso crítico e praticar atitudes de respeito e valorização com o ser humano e o meio ambiente é um dos interesses que a BNCC tem para educação brasileira. Clarice Cohn (2005) articula que a criança produz cultura, não pelos objetos ou relatos que constrói, mas pela formulação de um sentido que dá ao mundo que a rodeia.

Atualmente, a BNCC é um documento que direciona toda a educação brasileira, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, estabelecendo os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Acredita-se que isso permitirá que os professores, e demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, tenham condições para construir um bom currículo escolar e com alto nível de qualidade.

2.3 DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO ASSEGURADOS PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM A BNCC

A criança, assim como o adulto, também tem direitos assegurados por leis estabelecidas em vários documentos, mas abordou-se aqui a BNCC com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento direcionados aos alunos da Educação Infantil.

Estes devem ser respeitados e seguidos pelo professor da Educação Infantil com o intuito de mediar o processo de ensino-aprendizagem, de forma prazerosa e produtiva, de maneira que utilizando as brincadeiras e a interação com os outros e com o meio em que está inserido, oportunizará ao aluno a construção do conhecimento significativo.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p. 36), as interações e a brincadeira, juntamente com as competências gerais da Educação Básica proposta, os alunos da Educação Infantil têm assegurado seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento. São eles:

[...]

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e as diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- **Expressar** como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário [sic, grifo do autor].

A criança, assim como o adulto, tem a necessidade de conviver em sociedade, mas, para isto, precisa aprender a se comportar em grupo. É necessário respeitar a individualidade de cada um, se colocando no lugar do outro, utilizando da empatia. Para melhor permear o processo de convivência em sala de aula é de grande valia o trabalho em grupo, utilizando os jogos, assim a criança aprenderá a interagir com os colegas e com os adultos, respeitando as regras de convivência. Sobre esse aspecto

Rizzi e Hayde (apud COSTA, 2011, p. 7) explanam: “além de exercitar o corpo, os sentidos e as aptidões, os jogos também preparam para a vida em comum e para as relações sócias”.

Sabe-se que a construção do conhecimento humano acontece a todo momento, mesmo que involuntariamente. Não precisa, necessariamente, acontecer de forma mecanizada, pois por meio da brincadeira também se constrói conhecimento. Nesse sentido, Oliveira (2008, p. 230) discorre que “muitas propostas pedagógicas para creches e pré-escolas baseiam-se [sic] na brincadeira. O jogo infantil tem sido defendido na educação infantil como recurso para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças”.

Por este motivo, a brincadeira deve se fazer presente na rotina da criança, cabendo ao professor mediar o processo de construção de novas experiências. Kishimoto (2009, p. 24) acredita que, “quando brinca a criança toma certa distância da vida cotidiana, entra no mundo imaginário”. Dito isto, vale ressaltar que por intermédio da brincadeira a criança consegue desenvolver habilidades cognitivas e motoras, criatividade, imaginação e o conhecimento concreto de um determinado assunto. Já para alguns estudiosos, como Timaure (2000), o jogo enquanto estratégia de aprendizagem ajuda o estudante a resolver conflitos internos e a enfrentar as situações posteriores com decisão e sabedoria.

Além da convivência com outro e do brincar, a criança tem o direito de participar ativamente em tomadas de decisões. Embora ainda pequenas, as crianças da Educação Infantil são capazes de opinar sobre o assunto a ser abordado em sala de aula. O professor da Educação Infantil deve estimular a participação de cada aluno em sala de aula, desenvolvendo sua autonomia e capacidade de expressão, para isso é fundamental o envolvimento contínuo do aluno em cada ação ocorrida durante aplicação do planejamento pedagógico em aula.

Sendo assim, Berbaum (apud ALTET, 1997, p. 52) defende que “o papel do professor é fazer aprender melhor, através da organização de um ensino que respeite as fases

e a lógica da aprendizagem, para ajudar os alunos a tomar consciência daquilo que supõe aprender”.

É imprescindível ao desenvolvimento motor e psíquico da criança que frequenta a Educação Infantil a exploração de vários recursos, como textura, sons, objetos, dentre outros, para adquirir a aprendizagem. A criança nesta fase tem a necessidade de relacionar a teoria ao concreto. Ela precisa ‘fazer acontecer’, participar ativamente da construção do conhecimento. Mas, também, necessita associar todo esse processo que acontece em sala de aula com sua vida cotidiana.

Nessa perspectiva, Tomita (apud PEREIRA, 2012, p. 185) concorda e acrescenta ainda que “nos dias de hoje os alunos não se contentam em entrar na sala de aula apenas para receber informações, passivamente. Eles esperam que ocorra um ensino condizente à realidade de suas vidas”. E, o momento da troca de experiências pode ser considerado um dos mais prazerosos para as crianças da Educação Infantil, já que em meio a ele conseguem expressar as próprias emoções, os acontecimentos, às vezes, chegam a criar um paralelo entre o mundo real e o imaginário.

Conduzir a criança para essa capacidade de se expressar, isolando a timidez, é uma das funções designadas ao professor da Educação Infantil – mesmo que isso não seja uma tarefa muito difícil, tendo em vista que a maioria das crianças nessa faixa etária já possui facilidade e necessidade de se expressar. No mesmo sentido, Rau (2011, p. 42) afirma que,

Quando refletem sobre as possibilidades de intervenção e de ensino com a utilização do lúdico, os educadores sempre relatam experiências em que estão presentes sentimentos e posicionamentos que evidenciam a relação entre educador e educando, adulto e criança. Nessa perspectiva, se o educador souber observar as perguntas que seus alunos fazem, a maneira como exploram objetos e brinquedos, ele irá perceber que existem inúmeras possibilidades de intervenção durante as atividades pedagógicas desenvolvidas na sala de aula. A ludicidade como prática pedagógica requer estudo, conhecimento e pesquisa por parte do educador.

Na Educação Infantil, além de trabalhar com as crianças o convívio social e o respeito ao outro, deve-se enfatizar o ‘Eu’, pois conhecer-se é fundamental para a formação

do cidadão. A criança precisa conhecer sua história, sua cultura. A partir, então, do conhecimento de si mesmo é que terá condições para interagir com o(s) outro(s).

É dever do professor da Educação Infantil garantir cada um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela BNCC. Direitos esses que permeiam além da construção do conhecimento sistematizado, estão atrelados ao senso crítico e reflexivo do aluno desta modalidade, para que a criança seja capaz de conhecer e compreender a si e o outro, de respeitar as diferentes culturas e de construir a própria independência.

2.4 DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO ENTRE AUTORES

A Educação é um tema bastante instigante e complexo, o que resulta em inúmeras pesquisas e investigações concretizadas por grandes nomes de pesquisadores e teóricos, como Nilda Alves (2015), Regina Leite Garcia (2005), Paulo Freire (1996), entre outros. Com ela o ser humano vem aperfeiçoando seu conhecimento e mudando o mundo, os conceitos e a forma de agir em sociedade. Assim como o conhecimento humano, a educação tem a necessidade de ser repensada e alterada constantemente.

Deste modo, para melhor entendimento, pode-se citar como pontos-chave desta dissertação, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, que recentemente passaram por alterações, que se faziam necessárias nas novas realidades dos alunos que as compõem.

O ensino de qualidade no Brasil é o objetivo central de toda a equipe de pesquisadores que atuaram junto ao MEC, formulando e reformulando novas significâncias ao processo de ensino-aprendizagem por meio da lei, buscando assim um ensino unificado no Brasil. Embora a lei advirta que o professor deve considerar as experiências de seus alunos no processo de construção do conhecimento, ao mesmo tempo, isto faz com que se repense todo o cenário desde a formação dos professores até os alunos em sala de aula, a singularidade de cada região, de cada cultura.

Segundo Alves (2015, p. 67) explicita,

[...] A necessidade de desenvolver e analisar experiências singulares e de se manter o respeito às características locais e regionais, o movimento tem mantido o seu caráter nacional, tanto pelas formas de organização e o nível das associações nele envolvidas como pelas propostas substantivas que vem caminhando e, especial, a da base comum nacional.

É válido conjecturar que não basta implementar novas leis voltadas a um ensino de qualidade para o Brasil, se não houver respeito e consideração por cada particularidade e, ao mesmo tempo, uma estruturação do ensino – tanto no que se refere à elaboração da lei, quanto acerca do professor na própria prática pedagógica. O Brasil, por ser formado de diversas raças e culturas, faz do processo de ensino-aprendizagem um objeto de estudo fascinante, instigante e complexo. Porém, isso dificulta a construção do currículo pedagógico e a escolha do método de ensino adotado em sala de aula. Para amenizar esse impasse, Alves (2015, p. 71) afirma que “boa parte das respostas às questões, que o dia a dia escolar nos apresenta, só podem ser encontradas no próprio cotidiano [...] sem deixar de perceber e procurar entender o mundo [...]”.

A aprendizagem significativa só acontece quando professor e aluno entrelaçam o conhecimento de mundo, às experiências trazidas por cada um. Assim, mutuamente, irão adquirir conhecimento concreto e isso fará com que o aluno seja capaz de realizar uma leitura de mundo, desenvolvendo sua criticidade. Nessa seara, Piaget (1970, p. 53) explicita que a meta fundamental da educação dentro do ambiente escolar precisaria ser a de criar indivíduos, cidadãos, que tenham capacidade “de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram; homens e mulheres que são criativos, inventivos e descobridores, que podem ser críticos, verificar e não aceitar tudo o que lhes é oferecido”.

A Educação Infantil, assim quanto em outras modalidades de ensino, como Ensino Fundamental e Médio, teve seu documento norteador questionado e alterado. Por anos o principal documento que subsidiava a construção do currículo da Educação Infantil foi o RCNEI. Nele estão contidos objetivos que foram baseados nos eixos

norteadores, propondo a formação da identidade da criança de zero (0) a seis (6) anos. Entretanto, para Kramer (2002, p. 15),

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil parece desprezar conquistas e questões críticas tais como: de que modo construir um currículo na tensão do universalismo e dos regionalismos? Como construir um currículo que não desumanize o homem, que não fragmente o sujeito em objeto da sua prática? Como romper com um contexto que não leva em conta as trajetórias dos professores, as questões étnicas, a desigualdade socioeconômica?

Enquanto isso, a BNCC traz atualmente para a Educação Infantil o papel inicial do processo de aprendizagem significativa, desta maneira atribuindo a essa modalidade a função de estimular o convívio social, o conhecimento, a criticidade, a autoconfiança e a liderança, além de fornecer subsídios as crianças para que se tornem adultos capazes de resolver os próprios conflitos e intervir positivamente na sociedade.

Garcia (2005, p. 12) discorre que

O desafio que se coloca, portanto, para a escola é o que fazer e como fazer, no sentido de contribuir para que cada aluno, independentemente de sua de sua condição de classe, raça ou gênero, vá se capacitando para poder pretender se tornar governante; ou seja, que cada aluno da classe trabalhadora desenvolva, no decorrer de sua escolaridade, as condições gerais de poder governar.

Nesse sentido, observa-se que para intervir no processo de aprendizagem do aluno, a princípio, o professor deve adotar uma conduta de pesquisador. Freire (1996, p. 32) demonstra sua perspectiva sobre esse tema ao enfatizar em uma de suas obras que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro”. Para ele, o processo de ensino-aprendizagem e a pesquisa se correlacionam e completam, pois, um não existe sem o outro e vice-versa.

Diante disso, percebe-se que além das diretrizes curriculares brasileiras exigirem, indiretamente, vale destacar que um educador que almeja a qualidade do próprio processo de ensino carece de atualizações sucessivas e submeter-se a constantes pesquisas faz parte desse processo de atualização. E os alunos requerem isso como seres ativos e heterogêneos que são.

Logo, nota-se que inovar, constantemente, é preciso. E, para tal, é necessário buscar atualização e novos conhecimentos. E esses, por sua vez, acontecem em meio a realização de pesquisas ou formação de professores, que vão desde a faculdade até um curso de capacitação ou especialização.

Contudo, alguns autores acreditam que é necessário ir além. Alves (2015, p. 1996) defende que “é preciso questionar os caminhos já sabidos e indicar, todo o tempo, a possibilidade de traçar novos caminhos dando conta da necessária trajetória metodológica das ideias a serem expostas”, fazendo uma constante análise de prática – teoria – prática pensar no que já existe sobre o que pode e deve ser mudado, é um tanto difícil, mas é imprescindível para o desenvolvimento do aprendizado do professor e do aluno.

Alves (2015, p. 139) ainda adverte que:

Trabalhar com o cotidiano e se preocupar como aí se tecem em redes os conhecimentos significa, ao contrário, escolher entre as várias teorias à disposição e muitas vezes usar várias, bem como atende-las não como apoio e verdade, mas como limites, pois permitem ir só até um ponto, que não atingido, até aqui pelo menos, afirmando a criatividade no cotidiano. Isso exige um processo de negação delas mesmas e dos próprios limites anunciados, assumindo-os, no início mesmo do processo e não no final, quando “outra verdade as substituir”. Ou seja, essas teorias precisam ser percebidas, desde o começo do trabalho como meras hipóteses a serem, necessariamente, negadas e jamais confirmadas.

A base teórica é importante, em especial quando se refere a lei. Mas, não significa que ela é única e imparcial. A lei, assim como as demais teorias, está sujeita a mudanças e, para que elas sejam positivas quando acontecerem, cada pesquisa, por menor que seja, precisa passar por um processo de indagação e ser comparada com a prática. Portanto, torna-se imprescindível uma análise crítica sobre a prática-teoria e prática.

2.4.1 Análise das dissertações semelhantes encontradas no banco da Capes

Realizou-se uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) predominando as realizadas

de 2009 a 2018, primeiramente pelo fato de serem dados recentes e atingindo as atuais alterações que ocorreram nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil. E o ano de 2009 por se tratar da data em que foi aprovada a lei que garante o desenvolvimento integral da criança de zero (0) a cinco (5) anos.

Durante a seleção das teses e dissertações, destacaram-se três que demonstraram estarem mais próximas do tema e dos quesitos que a pesquisa desta dissertação aborda. A primeira selecionada foi a dissertação da mestra Rosane Aparecida Belieiro Malvezzi, aluna da Universidade Norte do Paraná (Unopar), de Londrina, no ano de 2016 – cujo o título é “A história da produção do currículo de Educação Infantil no município de Londrina: Possibilidades e Desafios das DCNEI de 2009” –, em que a mesma analisou a produção do primeiro currículo pedagógico de Londrina que foi fundamentado nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil de 2009.

No decorrer da dissertação a mestre explanou alguns pontos que julgou importantes para sustentar teoricamente a pesquisa, fez um relato que iniciou sobre a creche no Brasil e findou com escritos sobre a construção da BNCC, em que segundo Malvezzi (2016, p. 58),

[...] o Documento preliminar à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2015) tem sido alvo de críticas, pautadas sobretudo na ausência de uma concepção norteadora claramente explicitada no documento, apontando para uma fragilidade da proposta ora apresentada. Em contrapartida há aqueles que defendem a BNC no sentido de chamarem de educação mais justa e igualitária a partir de aprendizagens que devem ser asseguradas não só na Educação Infantil, mas também em toda a Educação Básica.

Em seguida, em um outro capítulo, fez algumas considerações sobre a construção de um currículo para Educação Infantil pautado nos eixos norteadores de experiências, as interações e brincadeiras. Deu continuidade descrevendo a pesquisa e finalizou afirmando a necessidade que o município pesquisado tem em construir uma proposta curricular flexível e dinâmico. Porém, para Malvezzi (2016) o maior desafio ainda é encontrar uma sustentação teórica capaz de explicar como a criança se desenvolve, além de relacionar o ensino ao aprendizado e que esta seja fundamentada no senso comum.

A segunda é uma dissertação de Mestrado, realizada por Denise Maraschin Nunes, mestranda da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no ano de 2017, com o título “As propostas pedagógicas das escolas municipais de Educação Infantil do município de Bagé (RS) a partir da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”. Ao longo da pesquisa fez uma análise sobre a readequação das propostas pedagógicas supracitadas.

Com base na implantação das novas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, a mestre, a princípio, fez um relato sobre a história da Educação Infantil no Brasil. Em seguida, destacou a organização pedagógica da Educação Infantil, citando a identidade e a função da Educação Infantil e mencionou o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Currículo da Educação Infantil. Por fim, na parte da execução da pesquisa, realizou análises nos PPPs das escolas de Educação Infantil e aplicou um questionário aos gestores das escolas desta modalidade de ensino. Ao concluir a pesquisa Denise Maraschin Nunes (2017, p. 99) afirmou que

Ainda que as concepções que orientam a implementação das DCNEIs sejam percebidas no corpus dos documentos oficiais e também na fala das pesquisadas, percebe-se uma fragilidade na utilização dessas concepções à medida que existe uma falta de aprimoramento no uso do referencial teórico adequado e referências claras para a implementação das Diretrizes.

A terceira e última dissertação de Mestrado selecionada foi a pesquisa de Daiana Ludvig (2017), pela Universidade da Região de Joinville (Univille), com o título “Currículo para a Educação Infantil: uma análise a partir dos documentos curriculares de municípios catarinenses. Tendo como objetivo principal de sua pesquisa analisar a organização de currículos pedagógico de municípios catarinense.

A mestre, inicialmente, descreveu um pouco sobre o currículo pedagógico na Educação Infantil, a importância e a estruturação curricular. Por fim, realizou uma explanação do resultado da pesquisa. Dessa forma, Ludvig (2017, p. 101-102) afirma que

Os dados aqui apresentados indicaram que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2009) estão sendo reconhecidas e legitimadas pelos municípios, sendo o documento mais

citado. Além disso, o processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento está sendo compreendido pela perspectiva histórico-cultural. Ou seja, se é nas relações e interações que a criança aprende e se desenvolve, as instituições de educação infantil se apresentam como espaço privilegiado para isso. Dessa forma, o direito ao acesso à educação tende a ser cada vez mais requerido e conquistado. Não podemos permitir que todas essas discussões sejam simplesmente desconsideradas, assim como ocorreu na década de 1990 e que um novo manual nos seja imposto. Aliás, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, documento orientador, foi pouco citado pelos 102 municípios, diferentemente do que foi constatado por pesquisas anteriores.

É válido relatar aqui e ressaltar que, ao escolher realizar essa pesquisa nos arquivos mais recentes do portal da Capes, a pesquisadora conseguiu verificar a importância e, ao mesmo tempo, a escassez do número de pesquisas que foram desenvolvidas abordando as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil como tema central. Por conseguinte, ficou nítido que a Educação Infantil deu um salto em nível de relevância para a qualidade da educação no Brasil.

Todavia, percebe-se que ainda falta um pouco mais de reconhecimento e valorização por parte de muitos participantes da educação como professores, Estados, Municípios, pesquisadores e outros envolvidos. Espera-se, portanto, que esta dissertação possa ser mais uma contribuição positiva para ampliar e fortalecer esse campo de estudos e pesquisas, que demonstra ainda estar tão carente de atenção, debate, reflexão e espaço.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem um campo vasto de possibilidades, tanto se tratando das inquietações que conduzem o pesquisador a resposta, quanto da maneira que conduz a busca por soluções reais para o seu problema. Nas palavras de Gil (2008, p. 26), a pesquisa é “[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”, e, para isso, o pesquisador deve ser preciso e cauteloso para não comprometer nenhuma parte da pesquisa, nem a teórica e nem a prática.

Este capítulo aborda a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, o procedimento adotado para a coleta de dados, bem como as análises dos resultados, para ser possível, assim, entender como ocorre a relação entre a teoria e a prática no município de Presidente Kennedy, localizado no sul do Espírito Santo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Com intuito de obter soluções concretas para as indagações ao longo desta investigação, a pesquisadora optou por seguir a abordagem qualitativa para fundamentação deste estudo. Sabe-se que a pesquisa qualitativa requer do pesquisador comprometimento, conduta ética e análise crítica, respeitando a todos os envolvidos, contudo, sendo verdadeiro ao expor cada dado coletado.

Sendo assim, percebe-se que atuar como pesquisador é uma tarefa árdua, mas gratificante, pois é neste momento que se vai em busca de respostas concretas para sanar as inquietações que o fizeram realizar a pesquisa com base no tema abordado. Para Gil (2017, p. 149),

[...] para coleta de dados, utiliza-se geralmente alguma modalidade de entrevista não muito estruturada. Na análise dos dados, por sua vez, adotam-se procedimentos adequados para responder as questões de pesquisa, bem como para identificar as informações necessárias para conduzir a segunda etapa.

A pesquisa é tida como um processo formal e sistemático para a solução de um problema. Desta forma, selecionou-se um processo metodológico a ser seguido ao longo do desenvolvimento da observação e da produção deste estudo. Para a fundamentação teórica foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a princípio com um levantamento de dados sobre o que propõe a teoria das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil para a prática pedagógica, abordando tanto os objetivos do RCNEI quanto os objetivos da BNCC e os direitos de aprendizagem estabelecidos pela BNCC.

Em seguida, evidenciou-se o que alguns autores como Paulo Freire (1996), Sônia Kramer (2002), Nilda Alves (2015) e Regina Leite Garcia (2005) relatam sobre a conversação existente entre a teoria e a prática estabelecida para a Educação Infantil. E, por fim, analisar os resultados de algumas dissertações de Mestrado selecionadas no site Capes sobre o tema abordado neste estudo.

De acordo com Gil (2017, p. 28) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado [...]”. Isto é, a investigação precisa ser fundamentada em um material consistente e comprobatório para ter credibilidade e validade para o campo de pesquisa científica.

Considerando o que estabelecem as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, partiu-se, então, para o estudo de caso com a análise da prática pedagógica que acontece com o grupo de professores que atuam na pré-escola do município de Presidente Kennedy, no Espírito Santo. Segundo afirma Gil (2008, p. 57-58)

[...] o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Observou-se que a relação entre a teoria e a prática pedagógicas se torna determinante para o desenvolvimento do aprendizado do aluno. Atualmente a inserção da BNCC no contexto da Educação Infantil tem sido um tanto conturbada para a prática em sala de aula, seja às vezes por estabelecer novas leis, outras por que a teoria não condiz com a realidade local ou até mesmo por mudar algumas coisas

na estrutura do planejamento pedagógico. Isso instigou a pesquisadora a se aprofundar neste campo de estudo, tendo como objeto de investigação a prática docente que acontece na pré-escola do município de Presidente Kennedy (ES).

3.2 LÓCUS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada no município de Presidente Kennedy, situado na região sul do Estado do Espírito Santo, com uma área de 583,933 km, que estão distribuídos em 26 comunidades rurais, sendo as principais: Jaqueira, São Salvador, Santo Eduardo, São Paulo, Santa Lúcia e Mineirinho e uma orla marítima de 16 km de extensão, as mais conhecidas praias são: Praia de Marobá e Praia das Neves (IBGE, 2002).

Embora seja considerada a cidade com menor número de habitantes deste estado, com aproximadamente 11.742 habitantes, possui a maior renda *per capita* (PIB) de R\$ 169.012,45, em função da exploração do petróleo em alto mar, a chamada camada pré-sal. Continua sendo um município com alto nível de pobreza e desigualdade social (IBGE, 2017).

Este município está na Microrregião de Itapemirim do Espírito Santo e Mesorregião Sul Espírito-Santense. Limita-se ao norte com o município de Itapemirim, ao sul com o Rio de Janeiro, a leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com os municípios de Atílio Vivácqua e Mimoso do Sul (INCAPER, 2011).

Presidente Kennedy era nomeada por Batalha antes da sua emancipação. Trata-se de um distrito do município de Itapemirim que ficou marcado por sua formação por meio da miscigenação. Isto aconteceu mediante a junção dos jesuítas aos povos indígenas, africanos, europeus e imigrantes estrangeiros. Essa formação resultou para os povos kennedenses na construção da Igreja das Neves, fundada pelo padre jesuíta André de Almeida. Além disso, também realizada pelos jesuítas, houve a construção de uma das maiores fazendas do país da época a Fazenda Muribeca e duas comunidades quilombolas Boa Esperança e Cacimbinha (SANTOS; NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2007).

Santos, Nascimento e Nogueira (2007) apontam que foi sob a Lei nº 1918, de 30 de dezembro de 1963, que o município se desmembrou de Itapemirim, apesar de sua emancipação só ter sido consolidada em 04 de abril de 1964, em homenagem ao presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy, que havia sido assassinado no final do ano anterior. Logo, passou a ser chamado de Presidente Kennedy.

A escolha do município para a realização desta investigação ocorreu em função do fato de que a pesquisadora reside e trabalha em Presidente Kennedy, então, tem ciência e contato com a realidade local e as carências de pesquisa. Optou-se ainda por realizar a pesquisa em curso de formação continuada por abranger maior quantidade de professores que atuam na pré-escola em Presidente Kennedy. Além disso, o acesso a esses educadores seria mais trabalhoso para a pesquisadora, visto que o número de professores desta modalidade de ensino por unidade escolar é restrito para a realização de uma investigação de Mestrado. Sabe-se que, caso contrário, se fosse atingido um número menor de professores isso poderia vir a interferir na qualidade do resultado da pesquisa.

O atendimento educacional às crianças da Educação Infantil do município escolhido ocorre em quatro unidades de Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e 15 unidades de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF). Destas, apenas uma está localizada na zona urbana, as demais encontram-se na zona rural do município (PME, 2015).

O município de Presidente Kennedy tem como 'meta 1' do Plano Municipal de Educação (PME) para Educação Infantil, até 2016, universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro (4) a cinco (5) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três (3) anos até o final da vigência deste plano (PME, 2015, p. 28-29).

De acordo com os dados extraídos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município matriculou em cada ano pesquisado um número estimado,

conforme demonstra o Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Quantidade de alunos na pré-escola de Presidente Kennedy

Ano em que ocorreu a matrícula	Número de alunos matriculados na pré-escola
2005	258
2007	310
2009	300
2012	302
2015	265
2016	329
2017	343

Fonte: IBGE (2017).

Com base nos dados apresentados no Quadro 1, percebeu-se que a pré-escola do município pesquisado regula os mesmos quantitativos de alunos todos os anos, com alterações para mais ou para menos em cada ano. Contudo, há que se registrar que apresenta um acréscimo de 85 alunos em comparação de 2005 com relação ao ano de 2017.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

O público-alvo desta pesquisa foi formado por um grupo de 21 professores que lecionam para crianças de quatro (4) a cinco (5) anos e que estão participando do curso de formação continuada oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy.

3.4 TÉCNICAS DE ABORDAGEM DA PESQUISA

A seleção de técnicas de abordagem da pesquisa, necessita ser sustentada pelo máximo de dados possíveis, de modo que maior número de pessoas possa se posicionar sobre o assunto pesquisado, fazendo do resultado da pesquisa algo verdadeiro e relevante. Para a execução deste estudo, foram utilizados dois tipos de coletas de dados: o questionário e a observação, para verificar como cada professor recebe as sugestões apresentadas a eles ao longo do curso.

Conforme explana Gil (2008, p. 121),

[...] pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por conjunto de questões que são submetidas as pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Anterior ao questionário foi distribuído aos professores pesquisados o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A) para serem assinados pelos mesmos. Para dar segmento a realização da pesquisa, foi aplicado um questionário semiestruturado para os professores que atuam na pré-escola do município pesquisado. Sendo que dos 37 professores que atuam na pré-escola deste município, apenas 21 se dispuseram a responder o questionário aplicado pela pesquisadora. Dentre esses 21 algumas perguntas optaram por não responderem. O questionário foi elaborado com dez (10) questões, sendo oito (8) delas fechadas e duas (2) abertas (Apêndice B).

Outra técnica de abordagem selecionada foi a observação sistemática realizada ao longo do curso de formação continuada. Esta foi realizada sobre o estudo aplicado a respeito da BNCC e a execução de atividades propostas. Segundo Gil (2008, p. 104), a observação sistemática é:

[...] frequentemente utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses. Nas pesquisas deste tipo, o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos. Por essa razão, elabora previamente um plano de observação.

Considerando que o pesquisador deve estar atento a todos os fatos que possam contribuir para obter um resultado de qualidade ao término de sua pesquisa, torna-se imprescindível que seja planejado anterior a observação de um roteiro a ser seguido. Desta maneira, o pesquisador se restringiu a fatos necessários à sua pesquisa, além de poupar tempo irá coletar maior quantidade e qualidade de informação.

O Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, determina que a partir da análise e interpretação dos resultados obtidos seja proposta uma ação que contribua positivamente, de alguma maneira, com a realidade profissional pesquisada. Com o intuito de alcançar o quarto objetivo desta pesquisa, surgiu a ideia de propor o desenvolvimento de uma formação continuada para os professores da Educação Infantil.

Além disso, em conjunto com essa formação continuada será criado um blog de orientação, uma ferramenta moderna e prática para auxiliar esses e outros educadores na abordagem de temas relacionados à teoria e à prática da Educação Infantil. O intuito é fornecer conteúdo para esses profissionais como uma boa fonte de possibilidades que estão ao alcance de educadores, de forma ágil, prática e acessível, utilizando apenas a internet e um computador ou smartphone.

O escopo destas ideias apresenta-se no final deste projeto (Apêndice C), bem como teve a previsão de ter uma cópia entregue aos cuidados da Secretaria Municipal de Educação do município pesquisado. Assim, espera-se contribuir com a rotina dos educadores de Presidente Kennedy.

4 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo foram apresentadas as análises desses resultados de forma objetiva e esclarecedora, bem como a interpretação dos resultados coletados por meio de pesquisa qualitativa. Mesmo que esses dois processos da pesquisa sejam distintos, a relação que a pesquisadora estabelece entre ambos proporciona uma melhor compreensão da realidade pesquisada. Segundo Gil (2008, p. 175),

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados. A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Neste momento, a pesquisadora, por meio da análise e da interpretação dos dados que a pesquisa obteve, chegou às conclusões que poderiam direcionar alternativas solúveis ao problema abordado pela pesquisa.

4.1 TEORIA E PRÁTICA ADOTADAS PELOS EDUCADORES QUE ATUAM NA PRÉ-ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

A Educação Infantil do município de Presidente Kennedy, assim como de todos os outros municípios do Brasil, tem passado por adequações curriculares mediante ao documento que o MEC publicou em 2017, a BNCC. A equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (Seme) tem trabalhado em prol das adequações que precisam ser realizadas no currículo a nível municipal (BRASIL, 2017).

Sendo assim, os professores, em especial os da pré-escola, já tiveram a oportunidade de manusear o documento mencionado, de modo que alguns desses educadores já estão aderindo às ideias do mesmo nos próprios planejamentos pedagógicos, como exposto mais adiante na análise dos dados da pesquisa.

O município vem assentindo estratégias de trabalho para atender ao plano Nacional de Educação e à BNCC. Algumas delas são: a) a distribuição de um a dois exemplares

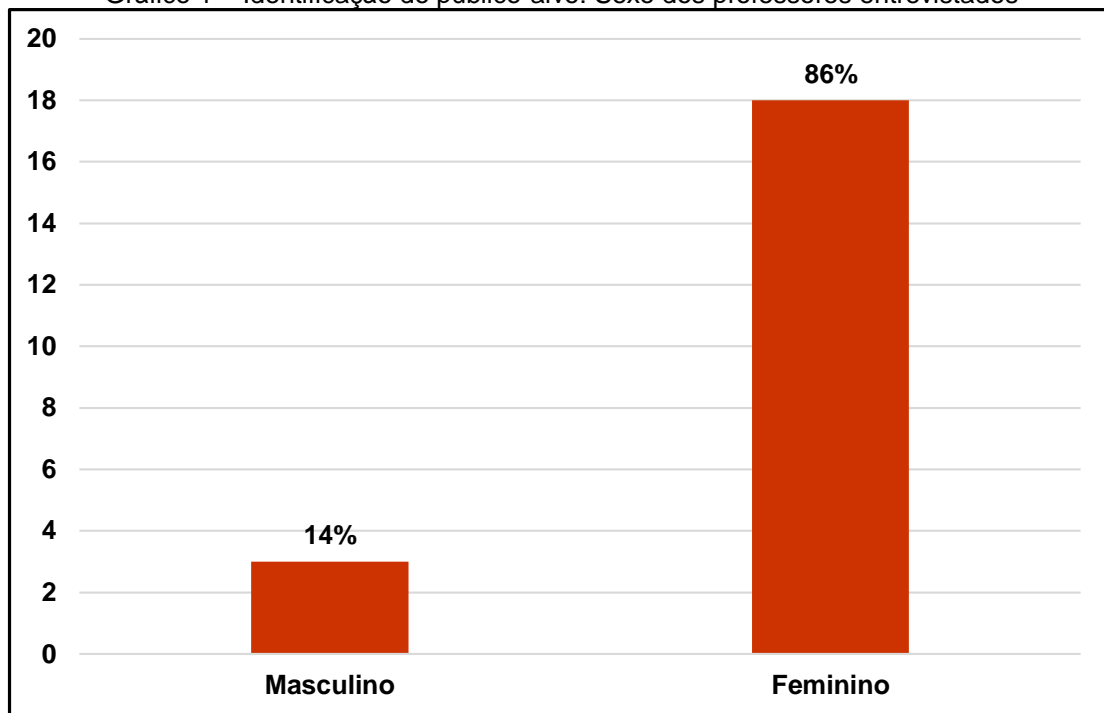
da BNCC para as unidades de ensino do município; b) um dia de estudos com os professores da Educação Infantil abordando a BNCC (disponibilizando os mais variados brinquedos pedagógicos propícios para cada faixa etária e de desenvolvimento motor e psíquico do educando); e c) um curso de formação continuada com o tema “Formação Continuada de Educação Infantil: Saberes e Práticas em Foco”.

A qualidade do ensino depende de muitos fatores e atores para que, de fato, aconteça e faça a diferença no aprendizado de cada estudante. Um dos principais envolvidos, e pode-se dizer até decisivo para que, assim, ela aconteça, é o professor em sua prática. O que remete à questão que impulsionou a realização desta pesquisa: a reflexão sobre a prática e a teoria, e vice-versa.

A teoria e a prática adotadas por 21 professores da pré-escola de Presidente Kennedy foram os objetos desta etapa de pesquisa. Os educadores que porventura participavam do curso de formação continuada oferecida pela Seme deste município participaram espontaneamente respondendo ao questionário.

De acordo com o Gráfico 1, a seguir, do total de 21 educadores entrevistados apenas três deles, ou seja, 14% dos respondentes são do sexo masculino. Os demais, que correspondem a 18 participantes, equivalem a 86% deles são do sexo feminino.

Gráfico 1 – Identificação do público-alvo: Sexo dos professores entrevistados



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a pesquisa (2018).

Observa-se que a predominância das mulheres lecionando na pré-escola não é critério da Seme. Segundo os entrevistados, corresponde à opção do próprio profissional no ato da inscrição de Designação Temporária (DT) ou prestação de concurso público.

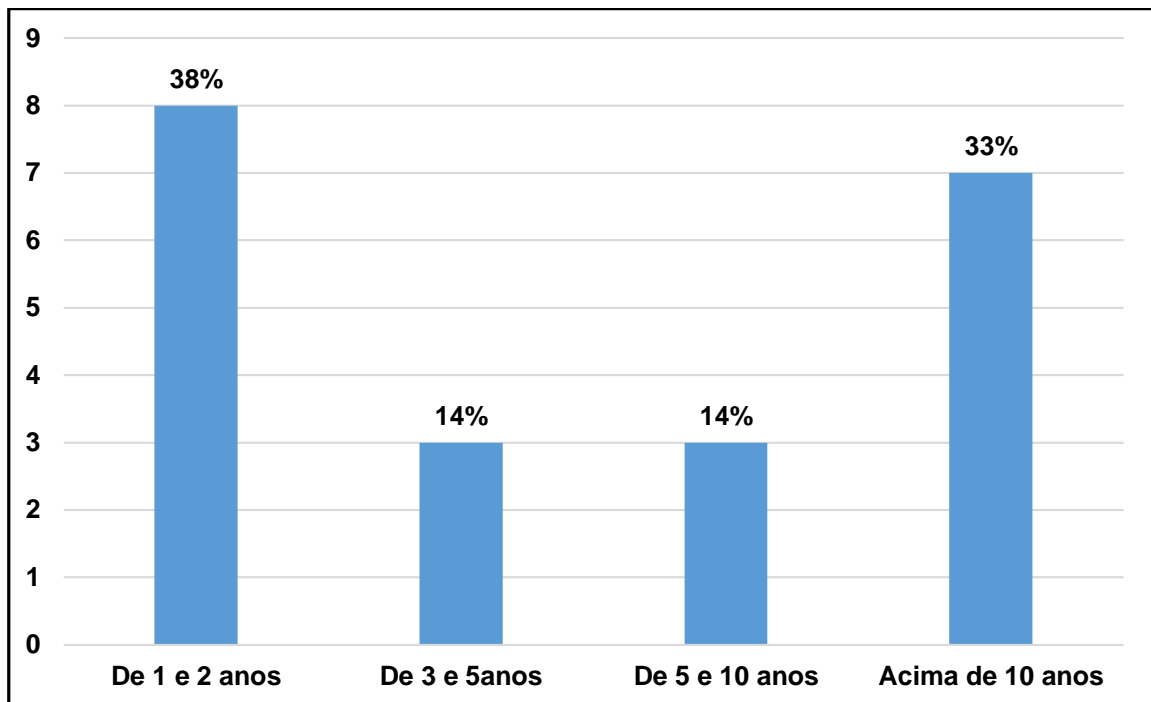
Compreende-se, então, que a maioria do corpo docente da pré-escola deste município, de acordo com os dados desta pesquisa, é do sexo feminino. Não é sabido ao certo a motivação que faz com que se tenha uma diferença tão significativa entre os sexos. Afinal, sabe-se que existem vários fatores que podem acarretar isto, conforme demonstram algumas das respostas dadas pelos participantes da pesquisa.

Para o professor “X”⁹, por exemplo, *“pode ser que seja motivado pelo conceito assistencialista que ainda sobressai demais na concepção da população local e dos próprios professores”* (informação verbal). Enquanto isso, segundo o professor “C”, é *“por ser um trabalho voltado para crianças, bastante dependente do professor, e,*

⁹ Professor “X” e professor “C”: nomenclaturas usadas pela pesquisadora para nomear os entrevistados.

assim, os educadores do sexo masculino ficam receosos nesse sentido, optando por outra modalidade de ensino” (informação verbal).

Gráfico 2 – Tempo em que leciona na Educação Infantil no município pesquisado



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a pesquisa (2018).

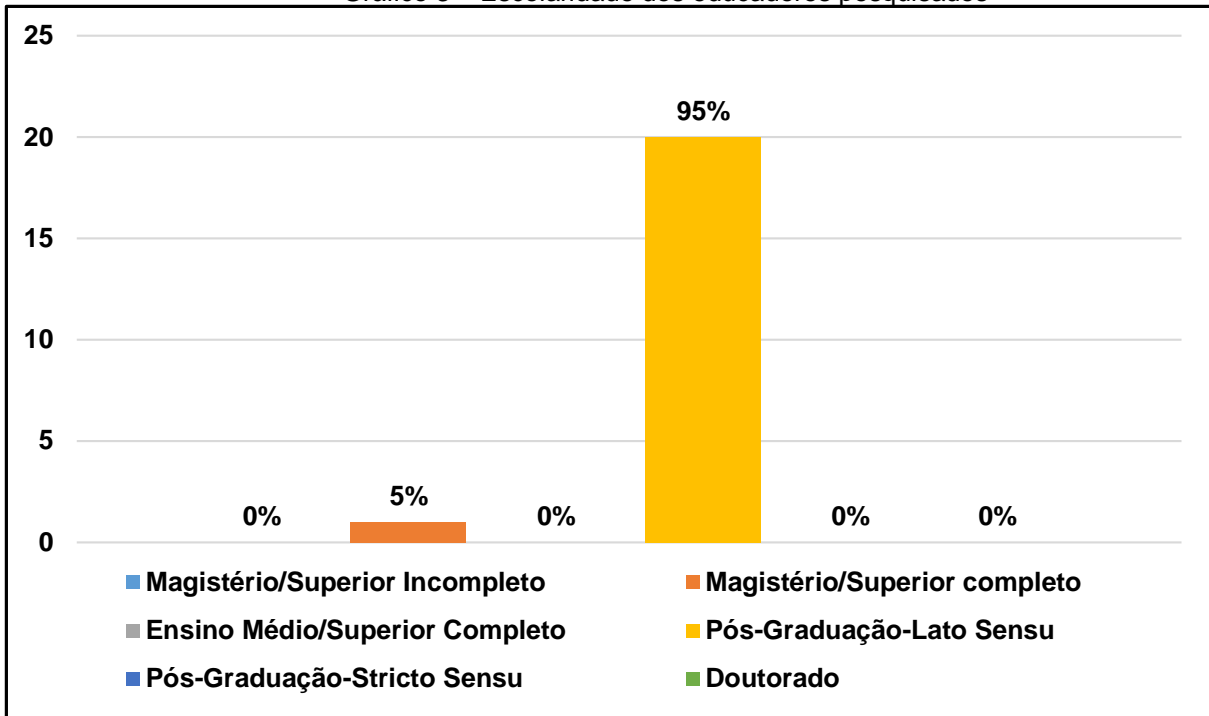
Os dados obtidos neste Gráfico 2 mostram que dos professores que participaram da pesquisa, 38% deles, ou seja, oito (8) profissionais atuam por um período entre um (1) e dois (2) anos na pré-escola do município de Presidente Kennedy, outros três (3) lecionam em torno de três (3) a cinco (5) anos, o que corresponde a 14%. Mais três (3) deles (outros 14%) trabalham de cinco (5) a dez (10) anos e os últimos sete (7) respondentes (o equivalente a 33%) dão aulas para crianças acima de dez (10) anos.

Percebe-se que grande parte deles passou a atuar na pré-escola deste município recentemente. Isto é, mais precisamente no último processo seletivo, que aconteceu no final de 2016, visto que o mesmo se estendeu por dois anos de acordo com o contrato que todos funcionários da educação assinaram naquele ano.

Compreende-se que a Educação Infantil passa por um momento em que grande parte dos educadores são recém-chegados a pré-escola do município. Com isso, tornou-se possível a esta modalidade de ensino a realização de práticas inovadoras, diferente

das que o município está acostumado a aderir em sala de aula ou simplesmente uma troca de pessoas, mas que na prática executa as mesmas. Contudo, quanto a isso, a Seme do município conta com uma equipe pedagógica para instruir o corpo docente sobre o que perceber como necessidade.

Gráfico 3 – Escolaridade dos educadores pesquisados



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a pesquisa (2018).

De acordo com os dados do questionário aplicado aos professores da pré-escola, cerca de 20 profissionais (95% deles) possuem pós-graduação *Lato Sensu* e somente um (1) educador (5%) apenas o Ensino Superior. Grande parte do resultado destes dados são parte de um bônus do projeto PRODES¹⁰, que a prefeitura proporcionou aos funcionários, embora alguns deles tenham se especializado por conta própria, visto que um dos critérios exigidos é residir no município.

Compreende-se, então, que mesmo sendo uma cidade com pouca arrecadação própria, por se tratar de um município pequeno territorialmente falando, são cerca de 583,933 km² conforme indicam pesquisas do IBGE (2002), Presidente Kennedy possui uma renda *per capita* (PIB) de R\$ 513.134.20 (IBGE, 2015). Esses proventos são dos

¹⁰ Conforme p. 6.

royalties de petróleo em águas marítimas do município, que tem investido no nível e na qualidade da formação acadêmica dos educadores.

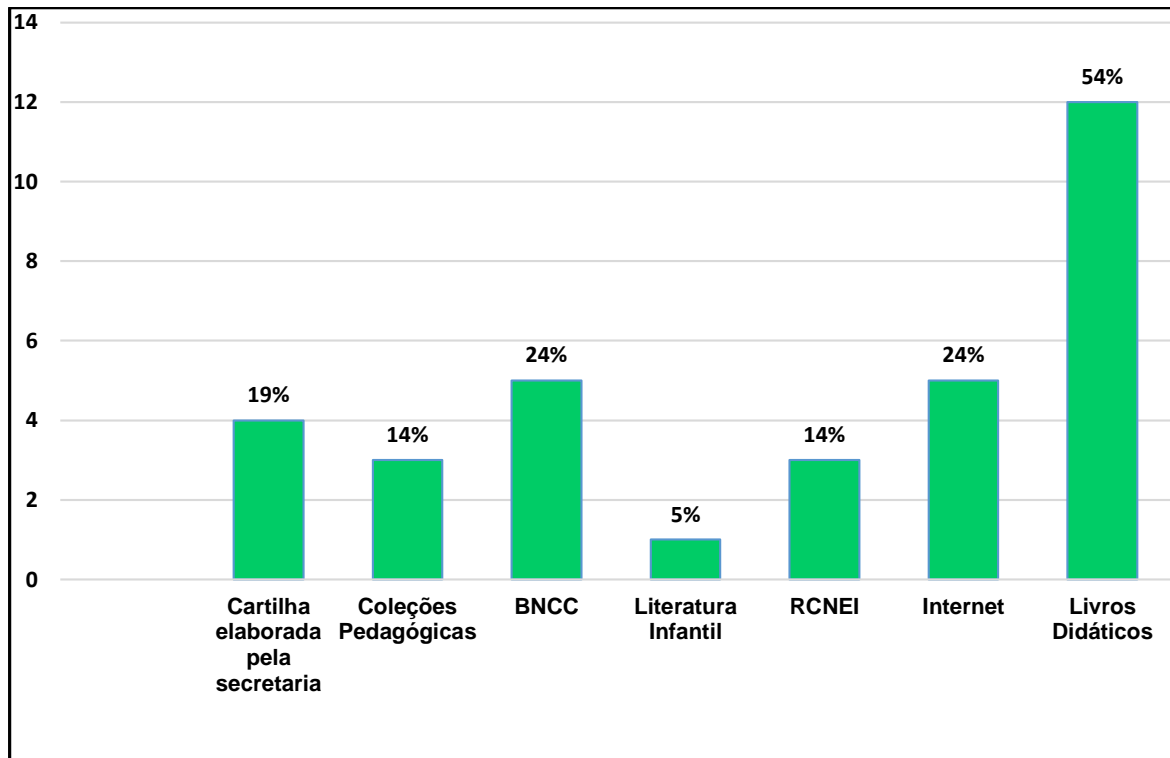
Mediante as informações apresentadas, fica explícito que o professor residente deste município tem incentivos financeiros do órgão público para investir em capacitações profissionais, restando assim para o professor o interesse por se qualificar e adquirir novos conhecimentos e, conseqüentemente, novas práticas metodológicas.

Freire (1996, p. 115) destaca: “não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo”.

A tomada de decisão do professor pode ser decisiva para a formação do próprio conhecimento e o do aluno, se posicionando como pesquisador e inovador. Nesse sentido, Paulo Freire (1996, p. 32) ainda afirma que “faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca e a pesquisa”. Então, nota-se que é em meio a esse processo desconfortável, que o educador descobre e constrói métodos que resultam em aulas mais dinâmicas, com envolvimento de seus alunos e aprendizado significativo, tanto por parte do aluno como do professor.

No Gráfico 4, os dados destacam os suportes teóricos que se fazem presentes na elaboração do planejamento pedagógico dos educadores da pré-escola do município pesquisado. Esses dados explícitos no mesmo mostram que dos 21 professores entrevistados, 12 desses educadores (isto é, 57%) optam por utilizar livros didáticos ao elaborar o planejamento, enquanto cinco (5) deles (o que corresponde a 24%) usam a BNCC e internet, quatro (4) desses profissionais (o equivalente a 19%) responderam que utilizam cartilhas elaboradas pela Seme, já outros três (3) deles (ou seja 14%) por usar o RCNEI e coleções pedagógicas, e apenas um (1) desses professores mencionou a utilização de literatura infantil ao longo da elaboração do plano de aula (isto equivale a 5%).

Gráfico 4 – Instrumentos teóricos utilizados junto ao currículo proposto pela SEME para a elaboração de planejamento pedagógico



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a pesquisa (2018).

Com base nos dados contidos no Gráfico 4, entende-se que os educadores da pré-escola de Presidente Kennedy, tem pouco entrosamento com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, visto que apenas 14% dos professores fizeram menção sobre a utilização do RCNEI e 24% deles citaram a BNCC. Com isso, também foi percebido que embora seja recente no contexto da Educação Infantil, a BNCC ainda demonstrou ser predominante em relação ao RCNEI.

Outro fator que ficou preponderante neste gráfico é a opção relacionada à literatura infantil, principalmente por se referir, especificamente, a professores que trabalham com a pré-escola, de modo que apenas 5% desses profissionais a mencionaram na pesquisa.

De acordo com as informações expostas no RCNEI (BRASIL, 1998, p. 143), a partir da leitura de histórias

[...] a criança pode conhecer a forma de viver, pensar, agir e o universo de valores, costumes e comportamentos de outras culturas situadas em outros tempos e lugares que não são o seu. A partir daí ela pode estabelecer

relações com a sua forma de pensar e o modo de ser do grupo social ao qual pertence.

A prática de leitura é benéfica em todas as fases da vida humana, mas observou-se que na infância é ainda maior, tornando imprescindível essa prática na Educação Infantil. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p. 40) aponta, “as experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador mediador entre textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo”. Por meio da prática de trabalho com a literatura infantil o professor oportuniza seu aluno a desenvolver o mundo inverso ao real, mas, ao mesmo tempo, o professor utiliza dessa condição imaginária para desenvolver o gosto pela leitura e o contato com a escrita.

Além destes já citados, outro item relevante analisado pela pesquisadora é o de que mais da metade, cerca de 57% dos educadores optam pelo uso do livro didático como suporte teórico nos planejamentos. O ato de planejar é fundamental para o decorrer de qualquer aula e em qualquer modalidade mesmo na Educação Infantil, que é um momento digno de atenção e consideração.

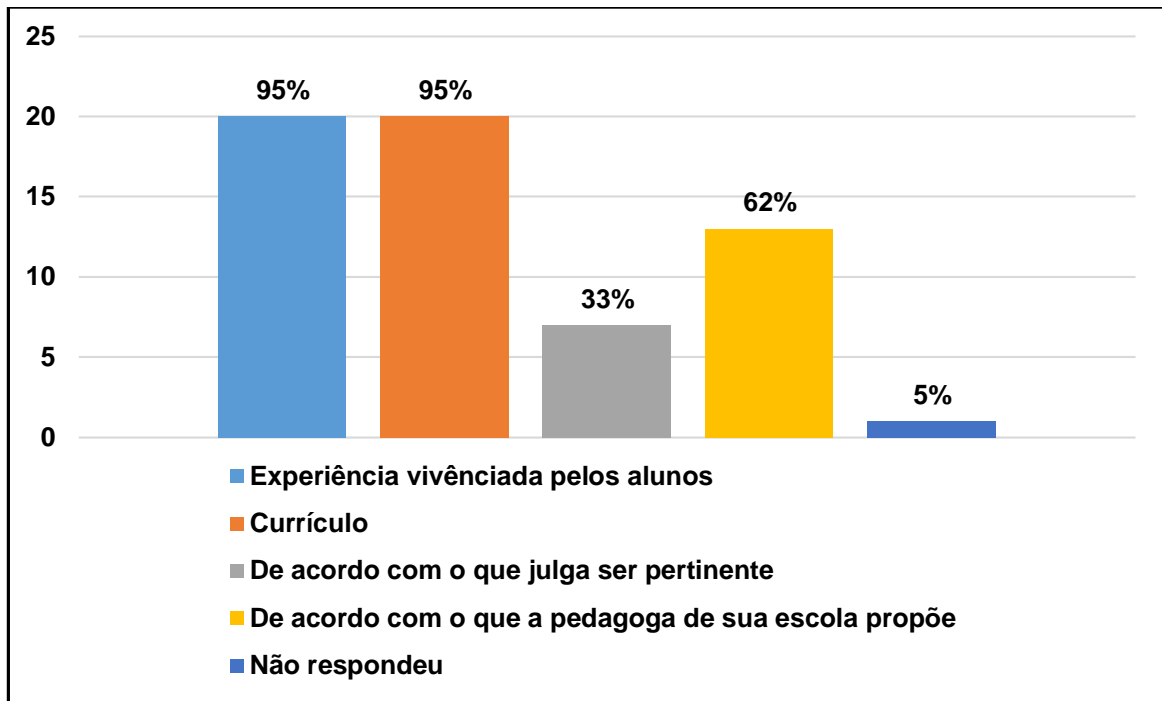
Independentemente do fato que o planejamento não é o único fator que determina a qualidade e o rendimento da aula, o mesmo garante que mesmo ocorrendo situações e questionamentos inesperados em sua aula, o professor com auxílio do seu planejamento terá condições de sobressair a eles de maneira natural. Para isso, precisa de suporte que sustente o tema abordado em sala de aula, mas é com a pesquisa que se consegue, por meio da utilização de mais de um instrumento teórico, adquirindo maior aprendizado e mais possibilidades de intervenções em sala de aula.

Nessa perspectiva, Freire (1996, p. 32) afirma que

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

O autor expressa por meio dessas palavras a importância e as interferências que tem o ato da pesquisa, fazendo do momento do planejamento do professor, uma ocasião de pesquisa, de busca por conhecimentos para si e para seus alunos.

Gráfico 5 – A base para a escolha dos conteúdos



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a pesquisa (2018).

A partir dos dados obtidos no Gráfico 5, compreendeu-se que dos 21 professores pesquisados, 20 deles (ou seja, 95% dos respondentes) responderam que optam por se basearem no currículo e experiências vivenciadas pelos educandos para determinarem os conteúdos aplicados aos alunos da pré-escola do município pesquisado. Na sequência, 13 dos educadores (o que corresponde a 62%) indicaram que seguem as orientações do pedagogo atuante da entidade de ensino, enquanto outros sete (7) respondentes (o que equivale a 33%) de acordo com o que julgam ser pertinente ao desenvolvimento do aprendizado de seus alunos. E, por fim, somente um (1) deles (5%) apontou que prefere não se manifestar respondendo a esta questão abordada no questionário aplicado para eles pela pesquisadora.

Conforme Alves (2015, p. 78-79) destaca, “o currículo real é traçado na escola por um conjunto de professores, quer no que se refere à seleção, sequência e articulação de conteúdo, quer no que se refere a outro ‘currículo oculto’, aquele que tem a ver com o

movimento de transformação social”. Na escolha dos conteúdos a serem abordados em sala de aula, não basta serem voltados à individualidade da criança, precisam também enfatizar a relação interpessoal, fazendo com que a criança desenvolva a capacidade de interagir consigo e com outras pessoas.

A BNCC (BRASIL, 2014, p. 38) afirma que

[...] na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais...Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos”

Quando os educadores consideram as experiências vivenciadas pelos educandos proporcionam aos mesmos a construção do aprendizado significativo. Para isso o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 172) propõe que “é preciso reconhecer a multiplicidade de relações que se estabelecem e dimensioná-las, sem reduzi-las ou simplificá-las de forma a promover o avanço na aprendizagem das crianças”. Isto é, não basta considerar a realidade vivenciada pelos alunos, o professor precisa respeitar e valorizar essas singularidades.

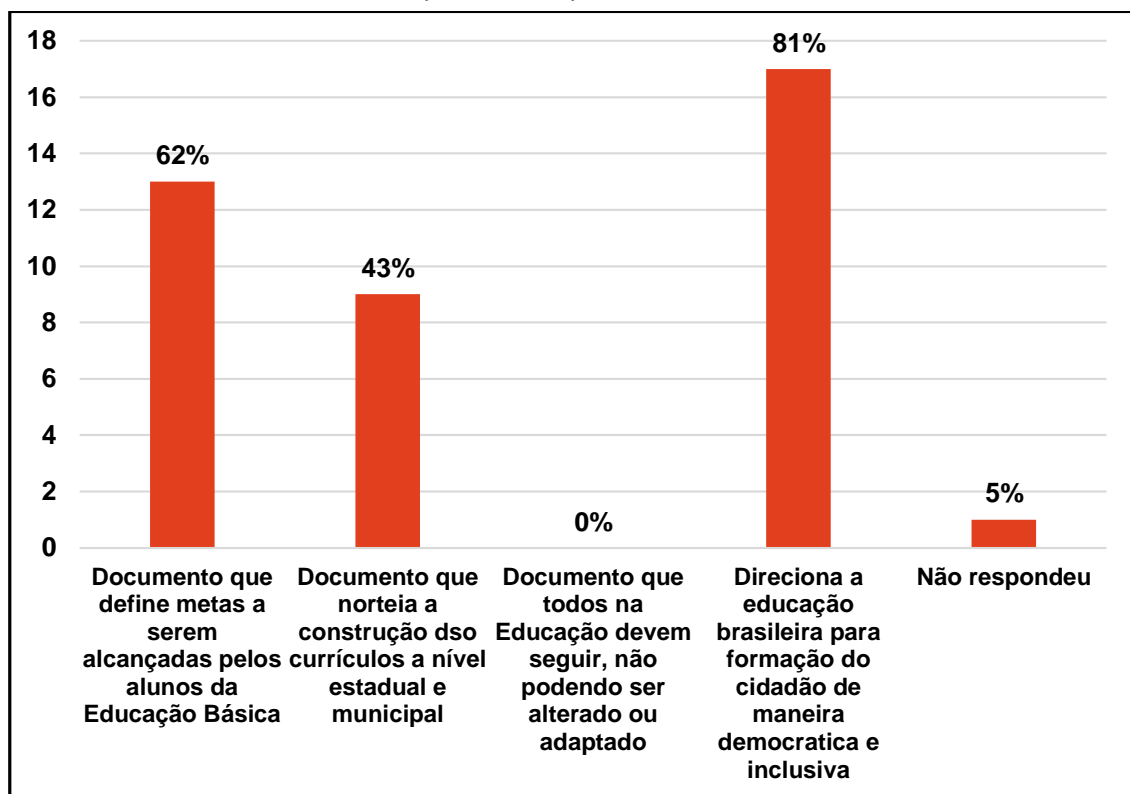
Compreende-se que os professores da pré-escola deste município priorizam o currículo proposto, bem como consideram a experiência vivenciada por cada aluno, visto que essas primícias entrelaçadas à suportes metodológicos enriquecem a prática pedagógica do educador e o conhecimento adquirido por seus educandos.

Já de acordo com os dados contidos no Gráfico 6, a seguir, dos entrevistados 17 professores entendem que a BNCC direciona a educação brasileira, formando cidadãos capazes de conviver e intervir em meio a sociedade, correspondendo a 81%. Já 13 (62% destes) percebem como um documento que estabelece as metas que devem ser alcançadas pelos educandos da Educação Básica, independente da modalidade de ensino que frequentam.

Outros nove (9) deles definem a BNCC como um documento norteador da construção do currículo a nível estadual, municipal e propostas pedagógicas das unidades de

ensino, equivalendo a 43% dos participantes. Somente um professor (1) entre os educadores pesquisados optou por não se manifestar respondendo à questão em destaque, isso representa 5% dos respondentes. Nenhum educador, 0% dos mesmos, escolheu a opção que define a BNCC como um documento que deve ser seguido em massa pelos envolvidos com a educação brasileira e que de modo algum pode ser alterado ou modificado.

Gráfico 6 – O que entende por Base Nacional Comum Curricular



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a pesquisa (2018).

A própria BNCC (BRASIL, 2014, p. 5) tem por definição:

[...] um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá... um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros.

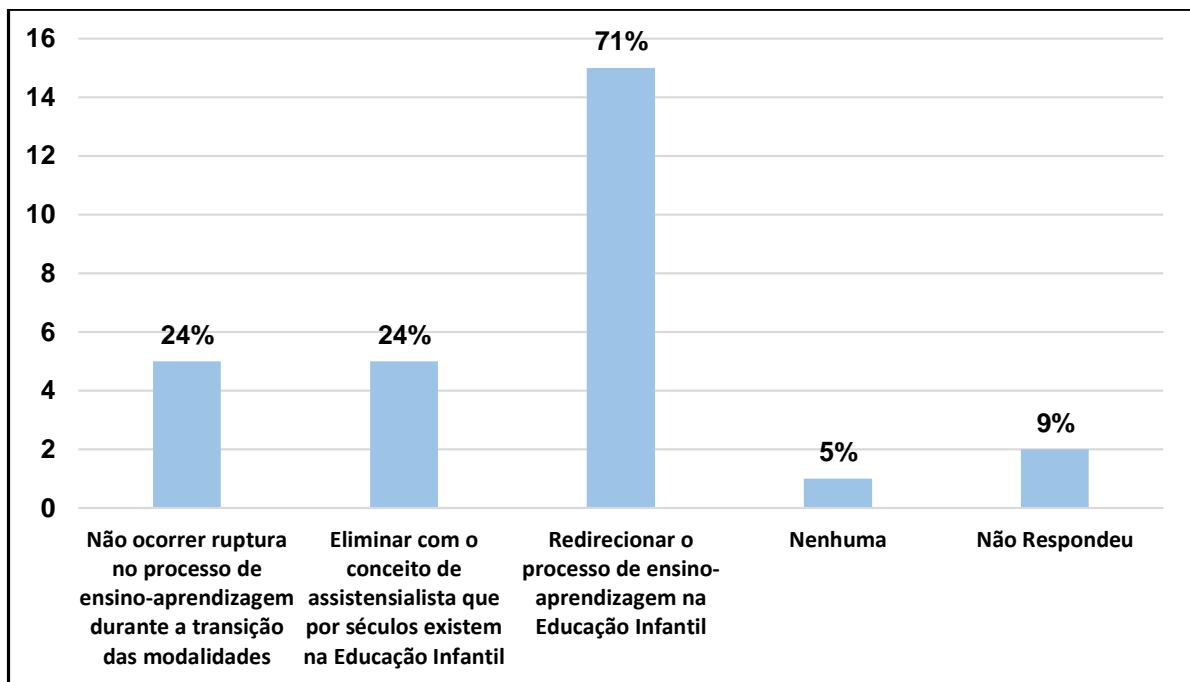
Sabe-se que a BNCC é um documento norteador para Educação Básica do Brasil, direcionando metas e métodos que podem ser utilizados pelos educadores brasileiros conforme a necessidade percebida, com relação tanto com a teoria quanto com a prática pedagógica. Para Alves (2015, p. 82) esse documento também define “os conteúdos a serem desenvolvidos e a própria organização curricular buscam incorporar aqueles que foram indicados como os princípios da base comum nacional: totalidade, movimento, contradição, historicidade e contemporaneidade”. Sendo assim, considerando-se que está propício a entrar em contradição com a realidade local, este documento propõe o trabalho entrelaçado entre conteúdos estabelecidos por ele e as experiências vivenciada pelos alunos.

Compreende-se ainda que os professores pesquisados da pré-escola têm estabelecido contato, com o quesito teórico referente a BNCC brasileira, de modo que a maioria dos pesquisados demonstraram entendimento sobre o assunto quando responderam à questão correspondente.

Diante dos dados expressos no Gráfico 7, dos professores pesquisados 15 (71% deles) destacaram que a BNCC tende a redirecionar a Educação Infantil, enquanto cinco (5) deles, isto é 24% dos respondentes, que a importância da inserção da Educação Infantil na Educação Básica deve-se à eliminação do conceito assistencialista que sobressaiu a Educação Infantil por séculos.

Outros cinco (5) educadores (24% dos entrevistados) julgaram que essa importância é por motivo de intervir na transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, para que não haja ruptura no processo de ensino-aprendizagem. Ainda outros dois (2) profissionais preferiram não responder esta questão (representando 9% dos participantes) e apenas um (1) apontou que a importância do Ensino Infantil como integrante da Educação Básica não corresponde a nenhuma das alternativas sugeridas pelo pesquisador (o que equivale a 5% dos respondentes).

Gráfico 7 – A importância existente diante da Educação Infantil estar inserida na Educação Básica



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a pesquisa (2018).

Por meio da leitura realizada do Gráfico 7 compreendeu-se que os entrevistados têm conhecimento da importância da inclusão da Educação Infantil junto as demais modalidades que compõem a Base Nacional Comum Curricular.

Conforme observado ao longo desta pesquisa, viu-se que a Educação Infantil durante séculos foi considerada por sua característica assistencialista¹¹ e pouco educacional. Assim, com a inclusão da Educação Infantil a BNCC tem o papel decisivo na elevação da importância desta modalidade de ensino, pois de acordo com o exposto na própria BNCC passa a ser considerada “como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional” (BRASIL, 2017, p. 34). Desta maneira a BNCC redireciona a educação brasileira.

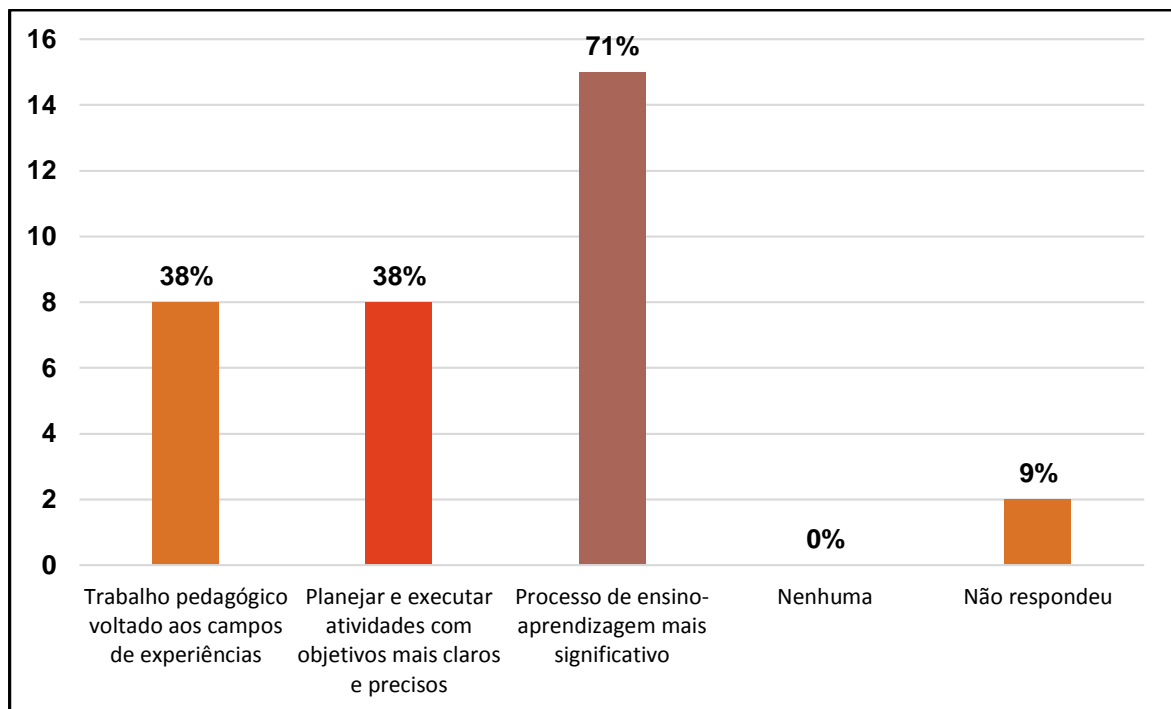
A mudança que teve essa modalidade de ensino reflete no processo educacional brasileiro, de modo que a BNCC (2017, p. 38) estabelece que “seja trabalhado as aprendizagens e desenvolvimento dos alunos, tendo por base a interação e

¹¹ Cf. p. 20.

brincadeira”. O aluno da Educação Infantil desenvolve suas habilidades e conhecimentos por meio desses dois eixos estruturantes.

Os dados dispostos no Gráfico 8 expuseram que 15 dos educadores pesquisados, ou seja, 71% dos participantes, acreditam que a atual diretriz curricular brasileira, a BNCC traz para o processo de ensino-aprendizagem da pré-escola um conhecimento mais significativo, visto que ele acontecerá mediante as intervenções que o professor fará em sala de aula tendo por base as experiências vivenciadas por seus alunos.

Gráfico 8 – Mudanças que a BNCC traz para prática pedagógica na pré-escola



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a pesquisa (2018).

Enquanto oito (8) deles acreditam que a BNCC tende a favorecer o planejamento e execução de atividades com objetivos claros e precisos (o que equivale a 38% dos respondentes). Já outros oito (8) indicaram que uma das mudanças percebidas é desde do planejamento a prática pedagógica voltada aos campos das experiências (isto é 38%). Todavia, outros dois (2) professores (o correspondente a 9%) preferiram não se manifestar respondendo a esta questão contida no questionário aplicado. E, por fim, nenhum educador (ou seja 0%) optou pela alternativa descrita como nenhuma das alternativas.

Após a leitura do Gráfico 8, entendeu-se que na perspectiva dos professores que atuam na pré-escola do município de Presidente Kennedy cerca de 71% deles entendem e esperam que seja um documento que direcione e torne o processo de ensino-aprendizagem mais significativo, de maneira que proponha ao professor o trabalho de forma clara e objetiva, que se fundamente nos campos das experiências ao considerar as atividades que irá aplicar aos alunos da pré-escola.

Nesse sentido, Garcia (2005, p. 23) afirma que

É preciso, no entanto, deixar claro a aprendizagem nos referimos. Pré-escola, como o próprio nome revela, não é considerada exatamente uma escola, mas algo que a antecede. Como momento prévio, sua característica essencial é a “preparação” para “aprendizagem” [...]. As atividades propostas e a manipulação do material disponível “preparam” a criança para a futura aprendizagem, aquela que acontecerá na escola. Nesta concepção, o papel da pré-escola é desenvolver hábitos, atitudes, habilidades e comportamentos necessários à sua vida escolar, através das atividades lúdicas e criativas [sic].

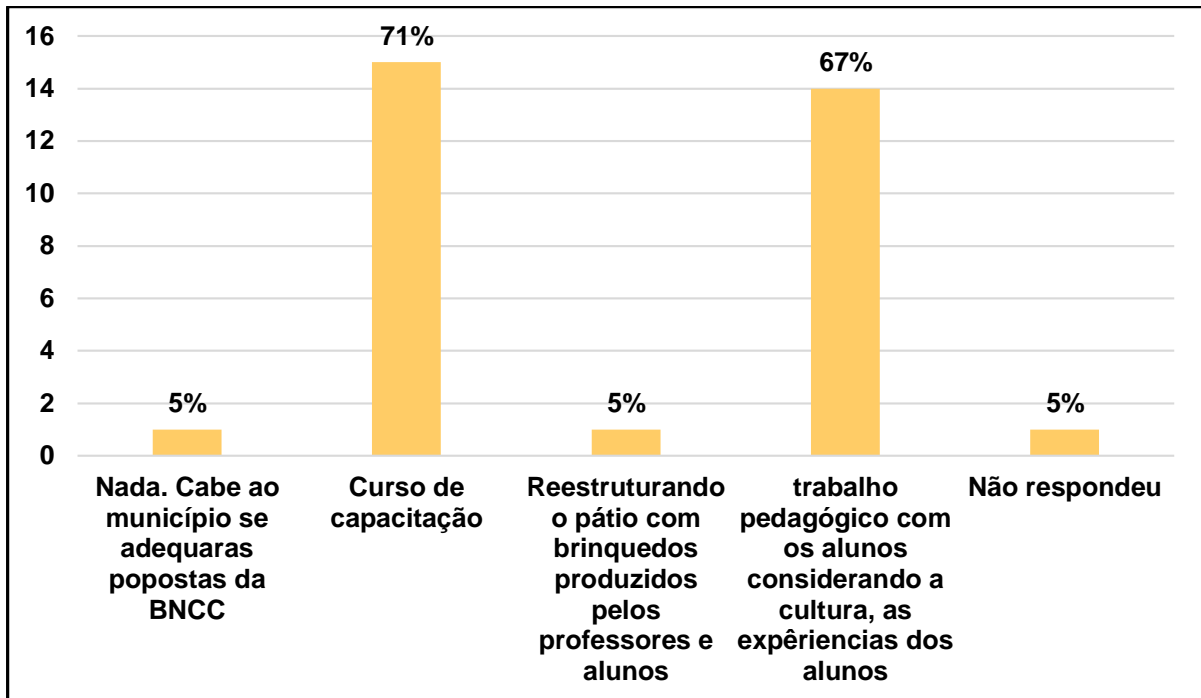
A autora frisa em sua abordagem a aprendizagem dos alunos da pré-escola e, conseqüentemente, o processo de ensino adotado pelos respectivos professores. Ela chama atenção para que todos os atuantes da pré-escola brasileira estejam atentos para não distorcerem a real função deste grupo de ensino, estando também voltados ao desenvolvimento do conhecimento recentes e futuros dos alunos e aos métodos usados para isto.

Nessa continuidade, Esteban (2005, p. 31) afirma que “não se vai à pré-escola com o objetivo de ‘se preparar para aprender’. A cada situação vivida realiza aprendizagens e, enquanto aprende, se capacita para aprendizagens futuras”. Isto é, a criança vai para a escola para aprender e, enquanto esse aprendizado ocorre, conseqüentemente, esta criança também vai sendo habilitada para receber outros conhecimentos e aprendizados.

A mesma autora relata ainda: “observando o movimento real das crianças, verifica-se a existência de saltos e rupturas” (ESTEBAN, 2005, p. 32). Atentando a todos os envolvidos com a Educação Infantil, ao cuidado que deve ser tido quanto ao processo de ensino-aprendizagem de crianças muito pequenas, especificamente as da pré-

escola, que darão sequência ao seu processo estudantil, com o ingresso ao Ensino Fundamental.

Gráfico 9 – Práticas adotadas para facilitar o processo de inclusão da Educação Infantil a BNCC



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a pesquisa (2018).

Os dados apresentados no Gráfico 9 evidenciaram que dos 21 professores (ou seja, 100% dos pesquisados), 15 afirmaram que estão participando de curso de capacitação, favorecendo a inserção da Educação Infantil do município na Educação Básica (ou seja, 71% dos entrevistados). Outros 14 deles indicaram que contribuem com o rendimento educacional nesta avaliação por meio das considerações que fazem a respeito da cultura e realidade vivenciadas por seus alunos ao longo de seu trabalho pedagógico (ou seja, 67% dos professores entrevistados).

Só um (1) educador disse que a contribuição dele é mediante a reestruturação do pátio da escola, pois professor e alunos criam juntos os próprios brinquedos (ou seja 5% dos entrevistados). Um (1) deles afirmou não contribuir em nada, pois acredita que cabe à rede municipal se adequar às exigências do PNE e da BNCC (ou seja 5% dos participantes) e mais um (1) que preferiu não se posicionar respondendo a esta questão (o equivalente a 5%).

Com base nos dados revelados no Gráfico 9, compreendeu-se que embora não sejam os 100%, já que dois (2) dos professores não manifestaram suas contribuições para o processo de adequação que a Educação Infantil tem enfrentado com a implementação da BNCC (isto é, 9% deles). Porém, a maioria deles apontou que já está aderindo a algumas práticas que tendem a contribuir nesse processo, mostrando que mesmo que seja trabalhoso e difícil aderir a essas mudanças, estão dispostos a contribuir positivamente para isso.

Para Garcia (2005, p. 17) “dar sentido às atividades, eis o que faz uma professora competente, sabendo que cada atividade traz possibilidade de novas aprendizagens e provoca novos desenvolvimentos”. Desta maneira, ressalta-se que a conduta do professor é tida como determinante no aprendizado do aluno, sendo capaz de instigá-lo a buscar pelo conhecimento ou simplesmente inibi-lo.

Segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p. 34) esclarece, “como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional”. Sendo assim, é possível afirmar que a Educação Infantil, não desmerecendo as demais modalidades de ensino, é uma etapa decisiva para a formação e para o processo de ensino-aprendizagem da criança, especialmente tendo em vista que é nesse período que esta criança aprende a dar significados aos seus conhecimentos.

Na questão 10 do questionário aplicado aos professores da pré-escola de Presidente Kennedy, foi perguntado: Para você, quais foram as mudanças e permanências, entre os antigos e os atuais documentos que direcionam a Educação Infantil?

Ao responder¹² ao questionamento apenas um (1) deles se manifestou quanto as mudanças e as permanências. A maioria dos entrevistados optou por referir-se apenas as mudanças obtidas com as novas diretrizes curriculares da Educação Infantil. Respondendo à questão 10 o professor “A”, por exemplo, afirmou que, “*não*

¹² A descrição das respostas dos entrevistados aparece em itálico, para diferenciá-las das citações dos autores mencionados nesta dissertação, bem como foram devidamente identificadas como “informação verbal”, conforme orientam as normas da USP, seguidas pela FVC. Os entrevistados tiveram as identidades resguardadas, de modo que foram citados por meio das letras do alfabeto.

houve grandes mudanças, a não ser a inclusão da Educação Infantil, mas que a Base dá liberdade à escola para montar o seu currículo em que as aprendizagens devem ir além” (informação verbal). Ou seja, para ele é nítido que o documento, ao mesmo tempo em que oferece a liberdade de definir o currículo a alguns setores da educação, também os limita.

A BNCC (BRASIL, 2017, p. 20), nesse sentido, afirma que “as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC”. Com isso, é válido ressaltar que incumbir os mesmos na função de estabelecer o currículo que os professores seguirão em seu planejamento, não os dá o direito de desviar das propostas estabelecidas pela BNCC ao longo da construção do currículo.

Segundo o professor “B” a mudanças ocorridas deve-se aos “... *novos direitos de aprendizagem na educação básica estabelecerão os conhecimentos e habilidades essenciais que deverão fazer parte dos currículos de todas as escolas*”. Referente a esse assunto a BNCC (BRASIL, 2017, p. 35) considera que:

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidam a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo.

Nota-se que o documento prevê para a Educação Infantil uma proposta curricular voltada aos direitos de aprendizagens, considerando as realidades vivenciadas por seus alunos, para que possam ter condições de resolver problemas sobre si, os outros e o mundo.

Respondendo à questão em destaque, o professor “C” relatou que, “*as crianças deixaram de ser os ‘adultos em miniatura’*. A creche deixa de ser assistencialista e as crianças ganham o direito de aprendizagem na Educação Infantil, começando a alfabetização na Educação Infantil” (informação verbal).

Nessa perspectiva Garcia (2005, p. 19) é categórico ao fazer menção ao fato de que “a alfabetização começa muito antes de a criança entrar na escola e que quanto mais exposta a situações de uso da escrita e da leitura, mais e melhor se alfabetizará”.

Diante de todos os resultados revelados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, compreendeu-se que os professores entrevistados e citados nesta dissertação, demonstraram acreditar que com a implementação da BNCC, na qual a Educação Infantil faz parte, seja preciso um redirecionamento na teoria e na prática pedagógicas voltado para essa modalidade, mais especificamente a pré-escola do município de Presidente Kennedy.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se com a pesquisa desta dissertação que em algumas situações são distintas e em outras entrelaçadas, essa é a relação que se estabelece no universo da teoria e da prática pedagógicas no contexto da pré-escola. Mas, embora haja momentos de controvérsia entre teoria e prática, uma faz inferência a outra. Não há consistência em uma prática sem sustentação teórica, assim como não existe teoria científica que não seja fomentada por uma prática.

A construção e a implementação da legislação educacional, no caso desta pesquisa as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, também devem ser realizadas mediante esses devidos cuidados. Tendo em vista que caso a proposta estabelecida por lei não seja significativa para a prática pedagógica, será impossível aderir à proposta a realidade. A relação que existe entre ambas é um fator determinante para que as leis que governam um país deem certo e com bons resultados.

Neste sentido, o objetivo principal da pesquisa foi o de compreender as representações que o professor tem frente as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e o processo de sua introdução na prática pedagógica, realizando um paralelo entre a teoria e a prática. Por meio da análise e da interpretação dos dados coletados, tornou-se possível compreender que o processo de implantação destas na pré-escola do município de Presidente Kennedy, tem sido um tanto complexo.

Percebeu-se, no decorrer da pesquisa, que mesmo que a maioria dos entrevistados esteja tentando se adequar às mudanças estabelecidas pela BNCC, muitos deles não estavam seguindo a proposta do RCNEI em seu fazer pedagógico. Foi notório também que não houve comprometimento da prática pedagógica, neste caso provando que a prática sobressaiu à teoria, mas que não se pode deixar de considerar ainda que a teoria, no caso RCNEI foi pouco usada.

Ao analisar a importância da inserção das propostas teóricas previstas nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil sobre a prática pedagógica, percebe-se que as leis

estabelecem um currículo, métodos e objetivos a serem alcançados e que estes são construídos visando a universalização da educação brasileira.

Ponderando a diversificação cultural existente no Brasil, o MEC deixa incumbido a construção curricular por parte dos órgãos municipais, para que seja considerada a realidade local juntamente com as demais propostas curriculares estabelecidas pelo documento norteador. Deste modo, as Diretrizes Curriculares são incluídas na prática em sala de aula de todo o país, unificando o ensino brasileiro.

Considerando a importância que é atribuída ao uso das Diretrizes Curriculares no processo de ensino, ao longo da realização da pesquisa foi percebido que ainda é pequeno o uso das mesmas na prática das salas de aula, mais precisamente no caso do RCNEI, como ressaltou esta pesquisa, que foi pouco citado pelos entrevistados em comparação com a BNCC. Estes são documentos que fazem parte da história e do desenvolvimento da Educação Infantil no Brasil, não apenas dando sugestões de trabalho com as crianças atendidas nesta modalidade de ensino, como também novo significado para a Educação Infantil.

Mesmo que por alguns momentos do processo educacional seja necessário passar por alterações ou até mesmo substituições, como no caso do RCNEI e a BNCC, foram e continuarão sendo imprescindível a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, quando por meio de suas abordagens norteia esse processo.

Mediante a suma importância que é dada as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, os professores entrevistados em meio as novidades e as dificuldades encontradas com a implantação da BNCC na Educação Infantil do município, se mostraram colaboradores junto a equipe pedagógica do município pesquisado.

O professor deve, por meio das práticas voltadas a interação e brincadeiras, dos campos de experiências e da participação de formação continuada para fins de novos conhecimentos, de novas práticas, mas, principalmente, fazendo interferência na construção e na reconstrução de conhecimento dos alunos. E, também, considerar o

desenvolvimento das habilidades e atitudes compatíveis ao processo de maturação das crianças nesta fase de ensino, contribuindo então para novas aprendizagens.

Compreende-se, então, que qualquer que seja a teoria, teve um objeto de estudo, e que por sua vez é questionada a todo momento por prática, às vezes a confirmando como condizente a prática, outras deixando inquietações e controvérsias quando colocadas em comprovações. Mostrando que independente das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, se RCNEI ou BNCC precisam constantemente de alterações ou até mesmo serem substituídas, tendo em vista que a sociedade passa por constante transformações culturais e sociais, o que a torna uma sociedade heterogênea, comprometendo a qualquer que seja a legislação com projeto de unificação de ensino.

De fato, a busca por uma diretriz curricular que se enquadre a toda Educação Infantil é um tanto impossível e complexo. Essa compreensão foi possível devido ao fato de se tratar de uma realidade muito similar ao que se encontra diariamente em todas as salas de aula do Brasil. Isso demonstra que tanto os órgãos superiores, como o MEC, por exemplo, quanto os professores compartilham dos mesmos interesses, quando se trata do processo de ensino-aprendizagem.

Embora isso não signifique que o professor em sua prática deve aderir a ela sem questionamento, até mesmo porque são os professores e alunos que foram e são o objeto de estudo neste caso, dando assim o direito a eles ao questionamento sob a teoria, mesmo que sendo uma legislação.

Considera-se, nesta perspectiva, que a pesquisa não acaba aqui. Ela apenas antecedeu um processo de implantação curricular a nível nacional e municipal. E este, depende também do comprometimento do professor com a sua prática pedagógica para dar certo, embora já tenha ficado nítido ao longo da pesquisa que não existe nenhuma teoria, assim como a prática, que não precise de modificações, mesmo se tratando da implantação de uma legislação.

Desta forma, acredita-se que o foco da pesquisa foi a compreensão da importância atribuída a teoria e a prática pedagógicas, bem como a constatação de que não existem teoria e prática certa ou errada, o que as define são os envolvidos na relação que existe entre ambas.

Assim sendo, com tal constatação, a ideia principal desta pesquisa é a de que em pesquisas futuras os órgãos competentes e pesquisadores da educação ao construir, modificarem ou implantarem uma diretriz curricular reflitam e considerem a realidade vivenciada por alunos e professores de cada modalidade de ensino e de município. Espera-se que, desta forma, se possa facilitar a intercessão da teoria à prática pedagógica, resultando em qualidade e inovação no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALTET, M. **As pedagogias da Aprendizagem**. Lisboa, Coleção “Horizontes Pedagógicos” do Instituto Piaget. 1997.

ALVES, N. **Praticantepensante de cotidianos**. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 67, 71,78, 79, 82,139 e1996.

AURÉLIO, Dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio Buarque De Holanda Ferreira. 8ª edição. Editora: Positivo. 2272 p. 2010.

BAGNO, M. **Língua Materna**. São Paulo: Parábola, 2002.

BARROS, M. de. **Exercícios de ser criança**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. In: BARZERMAN. C, DIONISIO, A. P, HOFFNAGEL, J. C: revisão técnica VIEIRA, A. R. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base, Brasília, 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Emenda Constitucional nº59, de 2009. Brasília, 2017 artigo 208, inciso I, p. 348.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil**. Brasília. 2010

_____. Emenda Constitucional nº53/2006. Dá nova redação aos artigos. 7º, 23,30,206,208,211 e 212 da Constituição Federal e ao art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2017 artigo 208, inciso IV, p. 335.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Wikipédia: Presidente Kennedy. Espírito Santo. 2002. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_Kennedy_\(Esp%C3%ADrito_Santo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_Kennedy_(Esp%C3%ADrito_Santo))>. Acesso em: 20 set. 2018. In: _____. **Brasil em Síntese**: Brasil/Espírito Santo/Presidente Kennedy, Brasil, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/presidente-kennedy/panorama>>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. Instituto Nacional Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Atílio Vivácqua. Planejamento e Programação de Ações. Espírito Santo, 2011. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Atilio_Vivacqua.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. Lei nº 1.207, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação de Presidente Kennedy e dá outras providências. **Plano Municipal de Educação**. Espírito Santo, 2015. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/ES/PRESIDENTE.KENNEDY/LEI-1207-2015-PRESIDENTE-KENNEDY-ES.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 2014, 11ª edição, art. 3º, p. 11.

_____. Lei nº 1918 de 30 de dezembro de 1963. Dispõe sobre a Emancipação do Município de Presidente Kennedy. **Trajectoria histórica do município**. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.presidentekennedy.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: Conhecimento de Mundo**, Brasília, 1998. v. 3.

COHN, C. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COSTA, O. V. C. **O jogo didático como estratégia de aprendizagem**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação na área de análise e intervenção em Educação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, setembro. 2011.

ESTEBAN, M. T. Jogos de encaixe: educar ou formatar desde a pré-escola. In: _____, **Revisitando a Pré-escola**. 6ª edição. São Paulo, Cortez, 2005, p. 31-32.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 40.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.32-115.

GANDINI, L. Espaços Educacionais e de Envolvimento Pessoal. In: EDWARDS, C; GANDINI, L; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança: a abordagem de RÉGGIO, E.** na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

GARAUDY, D. **Dançar a vida**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GARCIA, R. L. (Org). **Revisitando a Pré-escola**. 6ª edição. São Paulo, Cortez, 2005, p. 17,19 e 23.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 6ª edição. São Paulo. Editora Atlas. 2008.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2017, p. 28.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira, e a educação**. 12ª ed. São Paulo, 2009.

KRAMER, S. **Propostas Pedagógicas ou Curriculares de Educação Infantil**: para retomar o debate. In: Revista Proposições. Campinas, SP: Faculdade de Educação/UNICAMP, v. 13, n. 2 (38), mai/ago, 2002, p. 15.

LUDVIG, D. **Currículo para a Educação Infantil**: Uma análise a partir dos documentos Curriculares de Municípios Catarinenses. Dissertação de Mestrado, Universidade da Região de Joinville. Capes, 2017, p. 101 e 102. Disponível em: <<file:///D:/Desktop/disserta%C3%A7%C3%B5es/Daiana%20Ludvig.pdf>>. Acesso em: 05 de dez. 2018.

MALVEZZI, R. A. B. **A História da Produção do Currículo de Educação Infantil no Município de Londrina**: Possibilidades e Desafios das DNCNEI de 2009. Dissertação de Mestrado, UNOPAR, Capes, 2016, p.58. Disponível em: <<file:///D:/Desktop/disserta%C3%A7%C3%B5es/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20ROSANE.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

NUNES. D. M. **As propostas pedagógicas das escolas municipais de Educação Infantil do município de Bagué (RS)** a partir da Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande (UFRG), Capes, 2017, p. 99. Disponível em: <<file:///D:/Desktop/disserta%C3%A7%C3%B5es/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20MESTRADO%20EM%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20FURG%20-%20LENISE%20MARASHIN%20NUNES.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

OLIVEIRA, A. E. **A música onde está?** Anis do VIII Congresso Nacional de Federação de Arte-Educadores do Brasil. Florianópolis: UDESC, 2004.

OLIVEIRA, F. P.M; GUIMARÃES, F. R. **Direito, Meio Ambiente e Cidadania**. São Paulo: Editora WVC, 2004.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky, Aprendizado e Desenvolvimento**: Um Processo SócioHistórico. São Paulo: Scipione, 1995.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. **A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios Dessa Modalidade Educacional**. Revista. HISTERDBR *On-line*, Campinas, n. 33, p. 78-98, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013163751.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

PEREIRA, F. L. F. **O ensino de geografia e novas tecnologias**: as perspectivas dos jogos eletrônicos como recurso metodológico. Revista Brasileira de Educação em Geografia, vol. 2, nº 4, p.173-191. 2012.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1970.

_____. **Seis estudos de psicologia**. Tradução AMORIM, D', M, A, M e SILVA, P. S. L. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das letras, 2004.

RAU, M. C. T. D. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica**. 2ª ed. Curitiba, PR, Ibpex, 2011.

RODRIGUES, M. **Manual Teórico: prática pedagógica de educação física**. 6ª ed. São Paulo.

SANTOS, P. S. M. **Brinquedoteca: A criança, o adulto e o lúdico**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

SOLÉ, I. **Estratégias de Leituras**. 6ª ed. Editora Artmed. Porto Alegre. 1998.

TIMAURE, A. **Los juegos pedagógicos en el proceso de enseñanzaaprendizaje de la historia**. Universidad Nacional Abierta. 2000. Disponível em: <<http://biblo.una.edu.ve/docu.7/bases/marc/texto/t35037.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento de processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



FACULDADE VALE DO CRICARÉ
 MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E
 DESENVOLVIMENTO REGIONAL.
 LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ concordo em participar da pesquisa Intitulada: Diretrizes Curriculares da Educação Infantil: da teoria á pratica pedagógica objeto de estudo da mestranda Leidryana da Conceição Ferreira, da Faculdade Vale do Cricaré, sob orientação da professora doutora Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira, do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, para compreender como a iniciativa própria desenvolvida pela rede municipal está sendo utilizada pelos professores em sala de aula.

Assim, tenho conhecimento que:

1. A participação na pesquisa será respondendo entrevistas e questionários com questões semiestruturas;
2. As respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o nome em qualquer fase do estudo;
3. O benefício relacionado à sua participação será de contribuir com a pesquisa na compreensão e uso das Diretrizes Curricular Nacional da Educação Infantil na prática de sala de aula da pré-escola do município de Presidente Kennedy.

4. Os resultados da pesquisa serão destinados exclusivamente à elaboração do trabalho de pesquisa e publicações acadêmicas;
5. As respostas dadas por você, ao instrumento de coleta de dados, neste caso a entrevista e o questionário – ficará em arquivo pessoal da pesquisadora por 5 anos e após este período inutilizado;
6. Fica assegurada a possibilidade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, ou mesmo se recusar a responder perguntas que lhe cause constrangimento, sem nenhum prejuízo à sua pessoa;
7. Fica assegurado uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao participante da pesquisa;
8. Será assegurado esclarecimento de dúvidas quando necessário;
9. Fica esclarecido que não receberá atribuída nenhuma remuneração por participar da pesquisa;
10. Caso haja dúvidas ou necessidade de maiores esclarecimentos é possível entrar em contato pelo telefone: (28) 99945-5624 ou por e-mail: leidryana@hotmail.com.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, acredito ter sido suficientemente informado (a) e concordo em participar como voluntário (a) da pesquisa descrita acima.

A assinatura a seguir representa o meu aceite em participar do estudo, bem como fica assegurado minha privacidade.

São Mateus/ES, _____ de _____ de 2018.

Leidryana da Conceição Ferreira
Pesquisadora

Assinatura do Participante

APÊNDICE B – Roteiro do questionário para os professores da pré-escola

FACULDADE VALE DO CRICARÉ
ENTREVISTADOR: Leidryana da Conceição Ferreira
ENTREVISTADO: Professor da Educação Infantil (pré-escola)
DATA: 08/11/2018

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES

1) Sexo

1- Feminino	2- Masculino	<input type="checkbox"/>
-------------	--------------	--------------------------

2) Tempo em que leciona na Educação Infantil deste município:

1- Entre 1 a 2 anos	2- Entre 3 a 5 anos	3 - Entre 5 a 10 anos	4 - Acima 10 anos	<input type="checkbox"/>
------------------------	------------------------	--------------------------	----------------------	--------------------------

3) Escolaridade:

1 - Magistério/superior incompleto

2 - Magistério/superior completo

3 - Ensino médio/superior incompleto

4 - Ensino médio/ superior completo

5 - Pós-graduação lato sensu

6 - Pós-graduação stricto sensu

7 - Doutorado

QUESTÕES GERAIS SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) DESTE MUNICÍPIO.
--

4) Para elaboração de seu planejamento pedagógico na pré-escola, juntamente com o currículo proposto pela Secretaria Municipal de Educação utiliza qual instrumento teórico?

5) Em que se baseia para escolher os conteúdos que serão ministrados aos seus alunos?

De acordo com sua resposta preencha o quadrado com sim ou não.

- | | |
|---|--------------------------|
| 1 - Experiência vivenciada por cada um dos alunos. | <input type="checkbox"/> |
| 2 - Currículo. | <input type="checkbox"/> |
| 3 - De acordo com o que julga ser pertinente aos seus alunos. | <input type="checkbox"/> |
| 4 - De acordo com o que a pedagoga de sua escola propõe. | <input type="checkbox"/> |

6) O que entende sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?

Numere os espaços de acordo com a descrição apresentada em cada número abaixo, podendo ficar algum em branco:

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

1 - Um documento que define metas a serem alcançadas por todos os alunos da Educação Básica.

2 - É o documento que norteia a construção dos currículos a nível estadual, municipal e das propostas pedagógicas das escolas.

3 - Direciona a educação brasileira para formação de um cidadão que seja capaz de conviver em sociedade de maneira justa, democrática e inclusiva.

4 - É um documento que todos os envolvidos a educação devem seguir e que de maneira nenhuma pode ser alterado, nem adaptado.

7) Quais as importâncias que existem mediante a Educação Infantil está inserida na Educação Básica?

1 - Não ocorrer ruptura no processo de ensino-aprendizagem durante a transição entre a modalidade de Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

2 - Eliminar com o conceito de assistencialista que por séculos sobre saiam na Educação Infantil.

3 - Redirecionar o processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil.

4 - Nenhuma.

8) Que tipo de mudança a BNCC traz para a prática pedagógica na pré-escola?

1 - Trabalho pedagógico voltado aos campos de experiências.

2 - Planejar e executar atividades fundamentadas em objetivos mais claros e precisos.

3 - Processo de ensino-aprendizagem mais significativo, cabendo o professor mediar o conhecimento a partir das vivências de cada aluno.

4 - Nenhuma, prevê como meta para ensino brasileiro exatamente o que estabelece o RCNEI.

9) Quais ações tem praticado, enquanto professor da modalidade de Educação Infantil, com intuito de facilitar a inclusão desta a BNCC?

1 - Nada. Pois cabe exclusivamente o município se adequar as propostas do Plano Nacional de Educação e a BNCC.

2 - Curso de capacitação.

3 - Reestruturando o pátio com brinquedos produzidos em equipe pelo próprio corpo docente e alunos da escola.

4 - Trabalho pedagógico com os alunos considerando a cultura, as experiências vivenciadas pelos alunos.

10) Para você, quais são as mudanças e as permanências, entre os antigos documentos e os novos documentos da Educação Infantil?

APÊNDICE C – Projeto de Formação Continuada

PRODUTO FINAL:

PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este projeto de formação continuada foi elaborado com a finalidade de subsidiar uma proposta baseada em Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil, e também focada em compreender como vem ocorrendo o processo de inserção da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy na Educação Básica. Isto, com o intuito de desfazer a indefinição percebida nesta pesquisa.

Com o levantamento dos dados coletados durante a execução desta pesquisa foi percebido que entre estes professores pesquisados, predomina o uso dos livros didáticos durante a elaboração do planejamento pedagógico, de modo que dos 21 entrevistados 57,14% dos educadores fizeram menção ao uso deste recurso enquanto 23,80% citaram a BNCC e os outros 14,28% dos respondentes reconheceram utilizar o RCNEI.

Pensar e repensar a prática pedagógica é imprescindível, mesmo que aceitar que é necessário mudar seja um tanto complexo para qualquer profissional. Porém, como professor, principalmente inovador e pesquisador, deve-se estar disposto a submeter-se a constantes mudanças.

Atuar em uma turma heterogênea, em muitos casos até superlotadas, requer do educador medidas diversificadas e ao mesmo tempo precisas. Piaget (1970, p. 16) especifica que “o que é desejado é que os professores deixem de ser um expositor satisfeito em transmitir soluções prontas; o seu papel deveria ser aquele de um mentor, estimulador da iniciativa e da pesquisa”.

Para contribuir com uma compreensão neste sentido, Luckesi (2005, p. 1), afirma:

Certamente que não temos, de imediato, nenhuma possibilidade de mudar as políticas públicas para a educação, assim como as condições materiais de ensino, tais como baixos salários, espaços físicos inadequados, entre outros. Essas são reivindicações que exigem ações nossas no âmbito da sociedade civil organizada, como sindicatos, partidos políticos, comunidades de base. Todavia, na nossa sala de aula, podemos colocar nossa atenção e nosso coração naquilo que praticamos, tais como no desejo de que os alunos aprendam, na criação ou recriação de atividades que possibilitem, no processo prazeroso e criativo de aprendizagem, na relação com os educandos, que, por consequência, possibilitam o desenvolvimento.

A formação continuada não tem o intuito de determinar ou classificar como certa ou errada nenhuma prática adotada pelo educador para a administração de suas aulas. Mas, sim, de conduzir os educadores ao estudo e à análise crítica sobre a teoria e as suas práticas pedagógicas para, assim, facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos da Educação Infantil do município. Freire (1996, p. 52) afirma “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Torna-se fundamental que o educador, independente da modalidade de ensino que atua, esteja em constante busca por conhecimento e atualizações, justificando ainda o interesse que os órgãos públicos destinados à educação têm em capacitar seu corpo docente. E a relação entre a teoria e a prática é inquestionável, visto que até para discordar ou optar por uma prática o professor necessita ter adquirido conhecimentos específicos sobre um determinado assunto.

Segundo Alves (2015, p. 66), considerando a relevância da formação acadêmica,

[...] é preciso que saibamos que é nela que se dá a formalização de conhecimentos específicos e a apropriação teórica de práticas – de todas as práticas que se dão nos demais contextos – e da própria teoria, acumulada, especificamente, no plano das pesquisas em educação... é preciso que pensemos os conhecimentos – teóricos e práticos – capazes de nela articular os conhecimentos criados e acumulados nos outros contextos.

O objetivo desse projeto é definir o processo de execução que percorrerá o administrador do curso de formação continuada, propondo as temáticas que serão abordadas e formação de parcerias para a produção do material de formação. Assim, este projeto considera como propósito a fundamentação teórica e a prática adotadas

pelos professores da Educação Infantil de Presidente Kennedy sob as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

A formação continuada intitulada de “Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e Prática Pedagógica”, possui como objetivo principal: Promover um espaço de formação de professores da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy, em que também será estabelecida uma relação entre a teoria e a prática pedagógicas adotadas pelos mesmos para a execução de suas aulas.

Objetivos específicos:

- Conhecer a fundo o que se propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil;
- Relacionar os conhecimentos adquiridos por meio da teoria e da prática pedagógica, com as abordagens de alguns teóricos referentes ao tema da formação continuada;
- Conhecer a interferência das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, na formação do currículo municipal desta modalidade de ensino;
- Apresentar, por intermédio de relatos de experiências, as práticas adotadas para o fazer pedagógico, as que surtiram bons resultados e as que não deram tão certo como esperado;
- Discutir a Base Nacional Comum Curricular, levando propostas pedagógicas para troca de experiências, de acordo com o campo de experiências e a realidade vivenciadas por seus alunos da Educação Infantil (podendo elas irem **ao encontro** ou **de encontro** com as propostas da BNCC, grifo nosso);
- Identificar propostas curriculares estabelecidas pela BNCC que se adequam a realidade do município de Presidente Kennedy e as que mesmo adaptadas não se tornam pertinentes a realidade local;

A formação continuada acontecerá por meio de encontros presenciais e semipresenciais. Será dividida em módulos, em que cada módulo varia entre um a três encontros presenciais, de 4 horas de duração, no período noturno (considerando que parte dos educadores que atuam na Educação Infantil deste município trabalham 40h ou 50h semanais).

Para o início da formação continuada, a proposta é de que se realize uma palestra de acolhimento motivacional e ao término da mesma seja realizado um seminário final, com apresentações de grupo musical ou teatral [ficando a escolha do grupo, que será dividido por quatro (4) grupos das creches e dois (2) ou três (3) grupos da pré-escola] e também exposição das atividades desenvolvidas pelos cursistas ao longo da formação continuada.

Sugere-se que aconteçam 20 encontros de 4 horas cada, totalizando 80 horas presenciais. No período entre um encontro presencial e outro, os professores cursistas devem participar de atividades semipresenciais.

As mesmas deverão ser elaboradas e aplicadas aos alunos pelos professores da Educação Infantil (creches e pré-escolas) e compartilhadas com os colegas professores no encontro presencial. Para essas atividades a sugestão de carga horária é que sejam de mais 20 horas de formação, totalizando 100 horas para a certificação.

Propõe-se que o curso inicie no segundo trimestre do ano de 2019, com encontros quinzenais. O professor deverá ter 75% de presença nos encontros presenciais e todas as atividades propostas devem ser realizadas conforme proposto para obter a carga horária completa. Caso o cursista falte mais de 25% das aulas presenciais serão descontadas 4 horas, por cada aula ausente, em sua carga horária do certificado.

Assim, o mesmo valor será considerado correspondente a cada atividade proposta que não for entregue até o fechamento do curso. A certificação deverá ser efetuada, exclusivamente, pela Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy.

Conforme os objetivos propostos, a estrutura sugerida do curso, apresenta-se o quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Distribuição dos módulos para a formação continuada dos professores da Educação Infantil da rede municipal de Presidente Kennedy

Módulo	Temática	Quantidade de encontros
	PALESTRA INICIAL	1
I	Construção do blog “Educação Infantil Kennedense”, juntamente com pesquisa e postagem no mesmo sobre o tema da formação continuada	2
II	Referencial Curricular da Educação Infantil (RCNEI)	2
III	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	2
IV	Fundamentação teórica sobre o tema abordado	2
V	Currículo municipal da Educação Infantil	2
VI	Trabalho lúdico com crianças da Educação Infantil	2
VII	A importância da musicalidade e movimentos corporais na Educação Infantil	2
VIII	Relações interpessoais da crianças que atua na Educação Infantil.	2
IX	Relatos de experiência das práticas pedagógica	2
	SEMINÁRIO FINAL	1

Fonte: Material elaborado pela pesquisadora (2019).

- **Módulo I** – Deverá ser desenvolvido um blog para uso dos professores da Educação Infantil. A proposta é que nele sejam postados os materiais teóricos e práticos envolvendo a Educação Infantil a nível nacional e municipal. Para a primeira postagem sugere-se um breve apanhado histórico sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e a influência da mesma na formação do currículo a nível municipal. Juntamente, nesta publicação ou em uma sequencial, devem ser relacionadas algumas sugestões de atividades lúdicas para serem aplicadas com alunos da Educação Infantil, inclusive podem conter jogos que facilitem a assimilação.

- **Módulo II** – Relatar resumidamente os objetivos dos eixos norteadores do RCNEI, que por anos direcionaram a prática pedagógica na Educação Infantil. Realizar um debate sobre como os professores trabalharam esses anos, usando este documento como suporte para a construção e a execução de suas aulas.

- **Atividade semipresencial:** O educador/cursista deve levar para o próximo encontro presencial um plano de aula que tenha conseguido aplicar com os alunos da Educação

Infantil, tendo por base o RCNEI. Se possível, é indicado que sejam feitos alguns registros fotográficos.

- **Módulo III** – Realizar uma abordagem sobre a formação da BNCC. Explanar sobre os campos das experiências e os direitos de aprendizagem que são estabelecidos por este documento. Construir, em seguida, um plano de aula conforme as alterações sugeridas pela BNCC. Fazer uma comparação entre os planos de aulas elaborados tendo por base o RCNEI e os construídos com respaldo na BNCC.

- **Atividade semipresencial:** Executar o plano de aula que elaborou no curso de formação continuada com seus alunos da Educação Infantil. Fazer um relatório sobre como foi a aplicação da mesma, anexando fotografias.

- **Módulo IV** – Trabalhar com as teorias de Paulo Freire (1996), Nilda Alves (2015), Claudia Leite Garcia (2005) e Sônia Kramer (2002). A maneira com que os mesmos, vem abordando temas relacionados as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.

- **Atividade semipresencial:** Fazer um artigo científico seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o mínimo de oito (8) laudas sobre as Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil e a influência que tem tido sobre a prática pedagógica em sua sala de aula.

- **Módulo V** – Analisar o documento que direciona o fazer pedagógico da Educação Infantil da rede municipal de Presidente Kennedy, o currículo. Em grupo, os professores deverão listar pontos que julgam positivos e negativos ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos e em seguida justificá-los.

- **Atividade semipresencial:** Em grupo preparar uma encenação de uma história clássica.

- **Módulo VI** – Fazer uma pesquisa com recortes de revistas de educação, como a 'Nova escola', por exemplo, e artigos científicos que relatam a importância do lúdico

para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor das crianças na Educação Infantil.

- **Atividade semipresencial:** Elaborar e executar propostas pedagógicas tendo por base a ludicidade na Educação Infantil.

- **Módulo VII** – Abordar o que pensam alguns teóricos como Paulo Freire (1996), Vygotsky (2007) e Edwin Gordon (2000) sobre a musicalização e o movimento corporal para o desenvolvimento da criança na infância. Elaborar uma apresentação musical em grupo.

- **Atividade semipresencial:** Trabalhar uma música em sala de aula e dramatizá-la com os alunos. Deve ser registrada com a produção de fotos e/ou vídeos.

- **Módulo VIII** – Abordar as teorias de Piaget (1970), Vygotsky (2007) e Wallon (2003, 2007 e 2008) sobre as relações interpessoais das crianças na Educação Infantil. Elaborar um plano de aula que envolva o tema que está trabalhando no momento seguindo o currículo com as relações interpessoais dos alunos desta modalidade de ensino.

- **Atividade semipresencial:** Executar o plano de aula que planejou no encontro presencial. E criar um vídeo, individualmente, fazendo considerações positivas ou negativas do que presenciou com a prática da inserção da BNCC no contexto da Educação Infantil do município de Presidente Kennedy.

- **Módulo IX** – Será o último e dedicado ao relato de experiências por parte dos professores da Educação Infantil, em que poderão apresentar os vídeos propostos para atividade semipresencial do encontro anterior. Isto ocorrerá em uma roda de conversa.

Além do conteúdo mencionado, fica previsto para cada módulo descrito acima que as atividades realizadas pelos cursistas, juntamente com o material teórico trabalhado no decorrer desta formação continuada, sejam postados no blog “Educação Infantil

Kennedense”. É válido ressaltar que o compartilhamento das atividades da formação continuada no blog é fundamental e também faz parte do processo de avaliação.

Espera-se que esta proposta de formação continuada, apresentada por meio deste projeto, possa contribuir para o conhecimento teórico e para a prática pedagógica dos educadores que atuam na Educação Infantil do município de Presidente Kennedy, bem como fomentar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos que frequentam essa modalidade de ensino deste município. Além disso, também deve-se considerar interessante que esta dissertação, bem como a proposta de formação continuada possam servir como modelo, fonte de pesquisas ou ponto de partida para outros pesquisadores e estudos da área da educação, especialmente, tendo em vista o fato de que esta pesquisa revelou a necessidade de ampliar as discussões em torno dessa temática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. **Praticantepensante de cotidianos**. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 67, 71,139 e 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 52.

LUCKESI, C. C. **Formalidade e criatividade na prática pedagógica**. Revista ABC EDUCATIO, nº 48, agosto de 2006. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/21027117-Formalidade-e-criatividade-na-pratica%20pedagogica.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.